

A Classe Operária

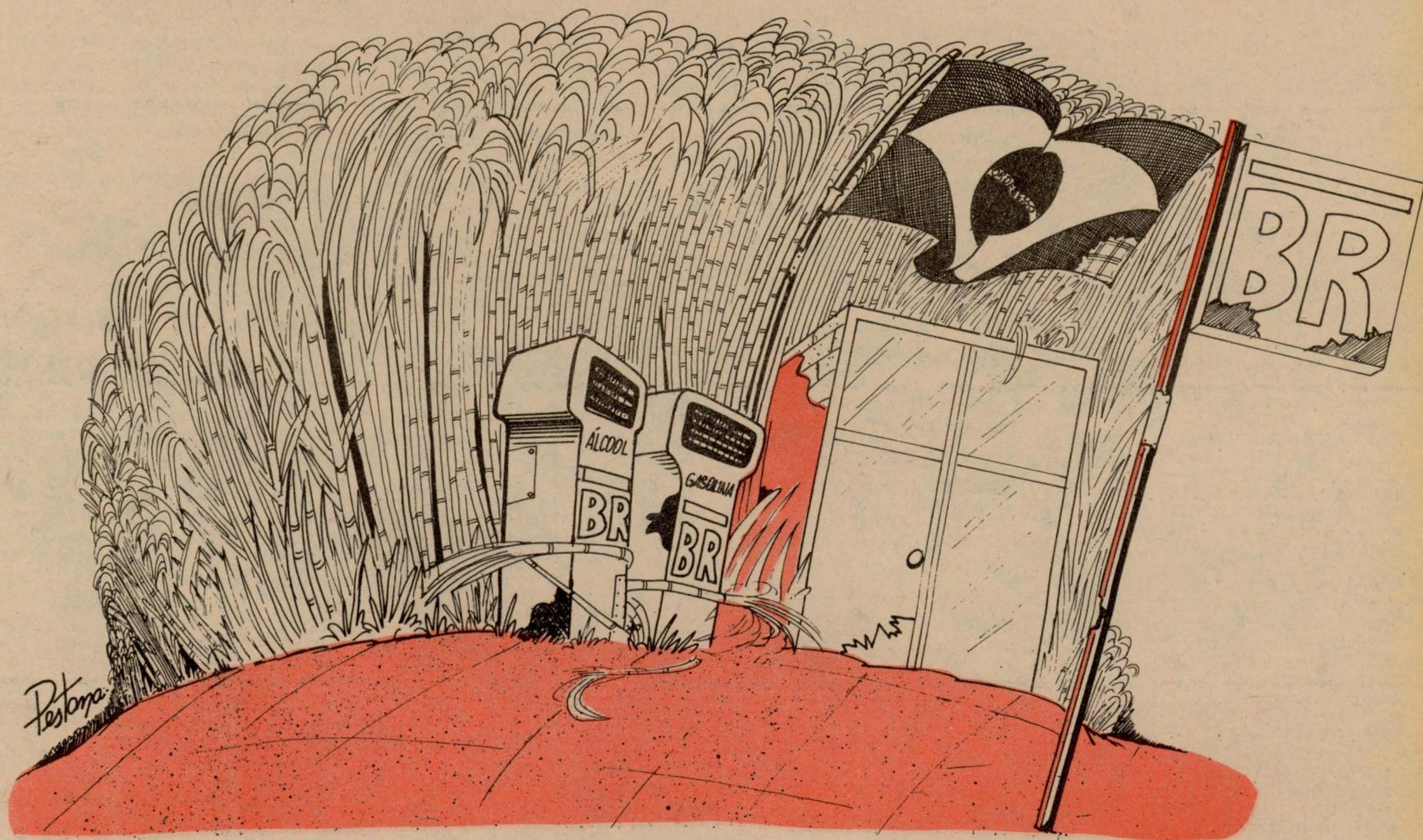


ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

ANO 65 — VI FASE — Nº 24 — DE 27 DE JULHO A 9 DE AGOSTO DE 1989

NCz\$ 1,00

Por que o Pró-álcool não serve ao Brasil



Em meio a ameaças crescentes de uma crise no abastecimento de combustíveis ganham espaço análises sobre o Pró-álcool até agora relegadas a segundo plano. Elas demonstram que o programa fortaleceu ainda mais o poder do latifúndio, e que ao impor severos

prejuízos à Petrobrás inviabilizou, ao invés de promover, a auto-suficiência do país em petróleo. A "Classe" traz reportagem completa.

Páginas 14 a 17.

O dia-a-dia da sucessão

Lula realizou nos últimos dias manifestações de massa em Belo Horizonte e na Baixada Fluminense (pags. 4 e 5). Nesta edição, trazemos ainda uma análise sobre o brizolismo (pág. 7), desmascaramos Fernando Collor de Mello (editorial e pág. 6), comentamos o cinismo de Sarney e o primeiro debate entre os presidenciáveis (pág. 8). Na última página, um poema dedicado ao programa da FBP.

Belchior, amor e revolução

O cantor e compositor cearense fala sobre os temas preferidos da sua arte — o amor e a revolução. E faz uma avaliação da música brasileira atual, da sucessão presidencial, da atuação da esquerda, do engajamento dos artistas e do Projeto Onda Azul. "Sou um artista típico, guardo ainda o lado romântico da rebeldia, o desejo da libertação individual e coletiva", diz, nas páginas centrais.

Greve e desemprego na URSS

Nas últimas semanas, a perestroika de Gorbachev foi abalada por um forte movimento grevista, que envolveu 300 mil operários nas minas de carvão da Sibéria e Ucrânia. Enquanto se realizava a greve, o movimento dos trabalhadores e as péssimas condições de vida e trabalho a que são submetidos, o sindicalismo oficial pregava o desemprego e novas reformas capitalistas. Página 21.



EDITORIAL

A farsa Collor não passará

À proporção que se aproxima o pleito presidencial, vai ficando claro o posicionamento das classes dominantes e dos círculos imperialistas. Os fatos vão evidenciando que a candidatura de Fernando Collor de Mello não é apenas uma jogada mercadológica, uma brincadeira ou encenação fabricada pela mídia.

Na visita que o candidato do obscuro PRN fez recentemente ao exterior, recebeu não só as bênçãos do papa João Paulo II, que de religiosas não tinham nada, mas se revestiam de enorme simbolismo político, como também palavras elogiosas da ultraconservadora Margaret Thatcher, primeira-ministra britânica, pregoeira do privatismo e da liquidação da soberania dos países dependentes. Há poucos dias banqueiros do Citibank, maior credor do Brasil, chegaram à conclusão, reunidos em Nova York, de que "o candidato do PRN é o mais identificado com os aspectos econômicos defendidos pelo Citibank".

Enquanto isso, o ministro do Exército, general Leônidas Pires, deu como favas contadas a eleição de Collor, e seu pupilo Sarney chegou a anunciar a disposição de entrar imediatamente em contato com a equipe do candidato a fim de promover a transição de governo.

São fatos articulados que não podem ser tomados como meras coincidências. Despertam a preocupação das forças democráticas e progressistas, por fortes razões.

A primeira delas é que, nas atuais circunstâncias, os detentores do poder político e econômico no Brasil vão formando consenso em torno do nome de Collor. Percebem que outros candidatos não são depositários de credibilidade popular, encontram-se desgastados e sem pique para chegar à reta final com alguma chance de êxito. As elites procuram, portanto, em tempo, encontrar um nome "novo", aparentemente alheio ao mundo político, alguém com a imagem de honesto,

preocupado em combater a corrupção.

Cumprir desmascarar a farsa. Collor não só é um político tradicional, como pertence à pior estirpe dessa categoria. Oriundo das oligarquias mais reacionárias do Nordeste, filho da ditadura, por quem foi nomeado prefeito biônico de Maceió, malufista confesso, cevou-se durante longos anos em riqueza gerada por favorecimentos e falcatruas. É homem da direita, sua plataforma é, em essência, a manutenção da caduca ordem política, econômica e social que entrava o desenvolvimento da nação e infelicitava a vida do povo.

Mas há um outro aspecto que não pode ser desconsiderado. Por que Sarney e seu ministro do Exército se apressam a antecipar o resultado das eleições? Por que se tenta apresentar a vitória de Collor como líquida e certa, inclusive com o vaticínio de que não haverá segundo turno? Tudo indica que é uma tentativa de matar no nascedouro a campanha eleitoral, criar um clima de intimidação e acovardamento nos setores populares, a quem caberia assistir inertes a "inevitável" vitória de Collor.

O momento atual não comporta perplexidade nem vacilação. Não há porque se deixar embair por essa cantilena e arrefecer os ânimos na fase em que a campanha está.

A candidatura da Frente Brasil Popular, personificada na chapa Lula-Bisol, é potencialmente a mais forte. A campanha da frente é a única que tem se preocupado em mobilizar as massas, em esclarecer o povo, agitando as justas bandeiras do programa de 13 pontos. Tem tudo para chegar ao segundo turno. E chegará. Isso depende da multiplicação dos esforços da militância, da organização em todo o território nacional dos comitês da unidade popular, da mobilização do povo e do combate firme e sem tréguas aos seus inimigos.

Meningite - descaso e demagogia

W. Natalino*

A situação da saúde pública no país vai sendo revelada por inteiro no comportamento dos governos federal e estadual de São Paulo com respeito à epidemia de meningite. Em meio ao tiroteio de acusações mútuas soube-se que entre mortos e feridos não se salva nem um nem outro, como também não se salva a grande imprensa, que no episódio se limitou a manifestações demagógicas, em flagrante contradição com sua pregação pela desestatização — portanto contrária ao sistema de saúde estatizado. Não faltaram manifestações de imprensa marrom, como no suplemento "Veja São Paulo", que edita matéria em defesa do secretário estadual da Saúde, num requinte de merchandising.

A medalha de ouro ficou mesmo por conta desse secretário, que instituiu a venda da vacina em São Paulo! Sabe-se que a vacina só é produzida por Cuba e esta não tem condições imediatas de fornecer a quantidade necessária a uma vacinação em massa no Brasil. Impunha-se dispor das doses já adquiridas para os grupos de maior risco e não submetê-las às leis de mercado — "quem quiser paga". Isso soa como medida trágica, absolutamente elitista e irresponsável. Alegar falta de verbas foi só mais um cinismo: primeiro, porque se sabe que sobram recursos para o milionário esquema de propa-

ganda do governador e da campanha do próprio secretário a candidato a governador; segundo, porque o que falta na verdade são vacinas na quantidade e tempo necessários.

Mas esse foi apenas um capítulo na cadeia de descasos. O governo federal despertou de seu sono de morte para suspender a vacinação paga, procurando tirar dividendos políticos do caso. Não adotou nenhum esquema sério para enfrentar a epidemia apontada desde meados de 88 e que já atinge 15 Estados. A coisa foi sendo empurrada com a barriga, como é marca registrada desse governo Sarney.

O duro é que mortos e feridos serão concretamente as crianças da população carente deste país. E não é só por falta de vacinação. As medidas contra a meningite precisariam ser mais profundas e sérias, no sentido de diagnosticar precocemente a doença e dispor de adequada estrutura pública de atendimento. E todos sabemos que neste terreno do atendimento hospitalar o sistema de saúde é ainda mais trágico: afinal aí já impera em quase toda a linha o "quem paga tem". Por isso impõe-se a luta: pressionar as autoridades por medidas eficazes e abrir um debate sério e mobilizador sobre a estatização do sistema de saúde, para que ele deixe de ser o imenso "caixa 2" em que se transformou.

*Articulista da Classe

Organizar os comitês populares

Calucho Carvalho*

As eleições de 15 de novembro e a campanha da Frente Brasil Popular em torno das candidaturas Lula-Bisol colocam para o Partido um grande desafio: o de trabalhar para construir, na prática, a unidade popular, única força capaz de empurrar o processo político para a frente, com vistas a conquistar um governo democrático e popular. Trata-se de aplicar o que está dito no programa do Partido que foi aprovado no 7.º Congresso. "As grandes tarefas que se colocam diante do povo brasileiro somente poderão ser cumpridas com a união de amplas forças políticas e sociais decididas a levar à prática um programa de cunho nacional, democrático e popular, contra o imperialismo, contra o latifúndio e contra a grande burguesia brasileira ligada ao capital estrangeiro."

É nesse sentido que a FBP deve adquirir um caráter estratégico. A possibilidade de articular as forças vivas do movimento popular e sindical em torno de um programa avançado e de unidade está dada. Restamos trabalhar resolutamente para que isso aconteça. Devemos ter a clareza suficiente de que não estamos construindo apenas uma aliança eleitoral, e sim uma frente que vise a organizar e mobilizar a classe operária e o povo brasileiro com o objetivo de enfrentar todas as inves-

tidas da burguesia que venham no sentido de fazer retroceder as conquistas democráticas, e fazer avançar a luta por um Brasil efetivamente democrático e popular.

Assim, devemos dirigir a campanha Lula-Bisol no sentido de organizar os comitês populares o quanto antes. Será neles que o movimento de massa poderá participar efetivamente da campanha e se engajar na luta maior a que nos referimos. Será neles também que criaremos condições para superar as eventuais divergências que surjam no curso da campanha com essa ou aquela força política que esteja efetivamente engajada nessa mesma luta.

Portanto, todo o esforço que os comunistas estão fazendo para estruturar a frente em cada Estado deve ser feito também para a constituição dos comitês populares, única forma de fazer a campanha avançar garantindo a mais ampla participação de massas.

Construir a unidade popular e mobilizar permanentemente o povo, preparando-o para os embates mais duros que com certeza a história, mais cedo ou mais tarde, colocará; fazer da campanha da FBP uma campanha de massas que vença todos os obstáculos e cumpra suas tarefas urgentes.

*Da direção regional do PCdoB em Brasília. C/área de Editoria e Comunicação. Fundação Maurício Grabois

Frente Brasil Popular mostra que povo mineiro não é conservador

No dia 18 de julho o povo de Belo Horizonte mostrou nas ruas que não passa de um mito a afirmação de que o eleitorado mineiro se divide entre os partidos conservadores. Nesse dia, numa caminhada com a participação de 10 mil pessoas e um combativo comício, a campanha de Lula e Bisol tomou grande impulso. A multidão que se reuniu em torno do candidato da Frente Brasil Popular à Presidência da República parou o comércio. Do alto dos prédios descia uma verdadeira chuva de papel picado e, num clima de festa e de luta, os militantes agitavam as bandeiras dos partidos integrantes da FBP.

No comício, iniciado às 19 horas, Lula declarou que a candidatura da Frente Brasil Popular é a única que tem um programa e uma proposta capaz de resolver os graves problemas do país. “A dívida externa não pode ser paga enquanto houver uma criança morrendo de fome. Não vamos engordar a barriga de nenhum banqueiro ou empresário estrangeiro. É hora de darmos um basta a esta dívida que acarreta tanta sangria ao país”, estocou Lula. O candidato da Frente Brasil Popular defendeu ainda a reforma agrária e anunciou que saúde e educação serão prioridades em seu governo.

Lula referiu-se a Minas como “berço de grandes sonhos de liberdade”. Para ele o apoio aqui recebido mostra que o povo mineiro mantém vivo esse sonho. “Só a unidade, só a Frente Brasil Popular poderá construir uma nova sociedade.”

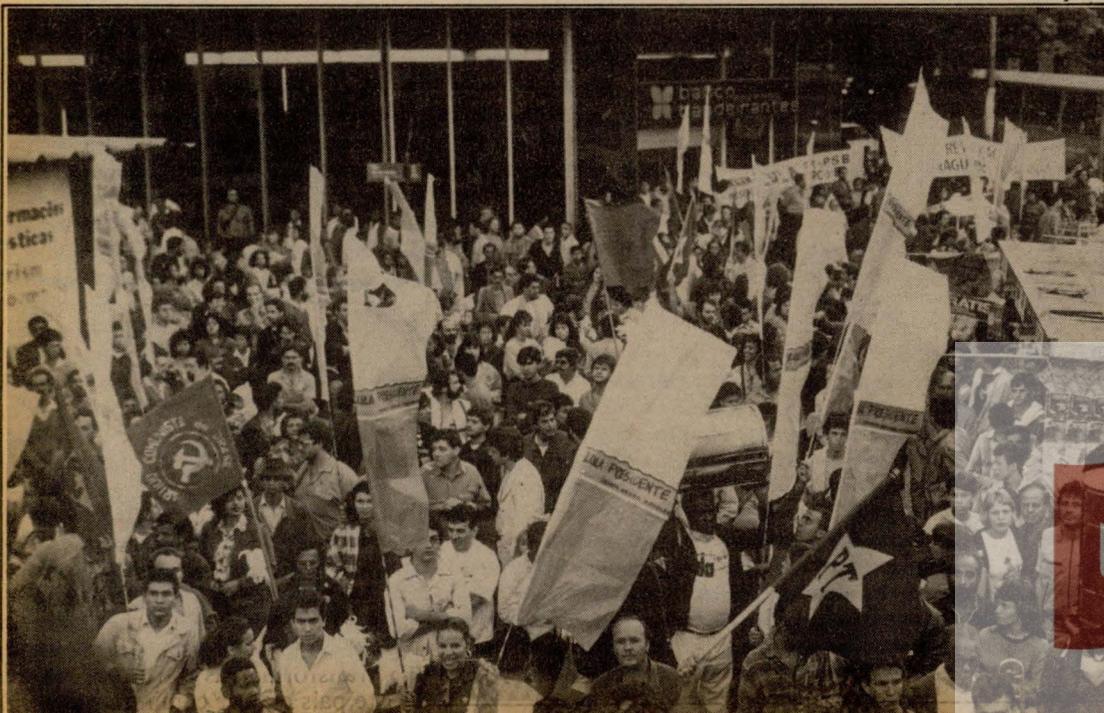
Lula encerrou seu discurso fazendo uma conclamação a toda a militância para se unir e se mobilizar em torno da campanha. “Faltam apenas quatro meses para as eleições e nós precisamos usar toda a nossa força, toda a nossa garra para sermos vitoriosos. Essa militância aqui presente é a demonstração do potencial que temos para ganhar as eleições.”

Arquivo



Lula em BH: “Minas é berço de grandes sonhos de liberdade, que a geração atual mantém vivos”

Arquivo



A manifestação da Frente Brasil Popular contou com a presença de 10 mil pessoas no centro de BH

Ainda que o sr. Roberto Marinho e a grande imprensa não noticiem essa manifestação, o povo viu, ouviu e participou. E isso tem força. Cabe a nós desencadearmos ações desse tipo em todas as partes. Todos devem se engajar em definitivo na campanha. É hora de fundarmos comitês nas escolas, nos bairros, nas fábricas e transformar os 10 mil aqui presentes em milhões.”

Lula com os operários

Às 20 horas, Lula se dirigiu ao Barreiro, bairro operário, onde também houve um comício, que contou com a entusiasmada participação de 3 mil pessoas. Lula foi muito aplaudido quando disse que “acreditar que alguém da burguesia irá resolver nossos problemas é a mesma coisa que colocar uma raposa para tomar conta do galinheiro”. Na opinião do candidato, o povo já está farto

disso — “Está na hora de o próprio povo governar o país” — concluiu.

Lula encerrou sua viagem a Belo Horizonte em portas de fábricas. Apesar do cansaço e da noite fria, os operários encontravam energia para ouvir na saída do trabalho as palavras do candidato da Frente Brasil Popular e demonstrar com aplausos seu apoio à chapa Lula-Bisol.

No dia seguinte, 19 de julho, Lula participou de manifestações de apoio à sua candidatura e à Frente Brasil Popular nos municípios de Timóteo, Ipatinga e Coronel Fabriciano. Nas intervenções do candidato e nas dos dirigentes dos partidos integrantes da frente, mais uma vez ressaltou-se a importância da unidade como principal instrumento a fim de ganhar as eleições e avançar na concretização de mudanças no país. (Lourdirinha, correspondente em Belo Horizonte).

Campanha de Lula chega ao interior amazonense

Arquivo

A campanha da Frente Brasil Popular já chegou ao distante interior do Estado do Amazonas, com o lançamento realizado na última semana de julho nos municípios de Itacoatiara, Maués e Tefé. Em Itacoatiara, a 280 Km de Manaus, o lançamento da Frente aconteceu na praça Nossa Senhora de Nazaré e reuniu mais de 3 mil pessoas, que ouviram os pronunciamentos do vereador do PCdoB em Manaus, João Pedro, do presidente regional do PT, Ricardo Moraes, da presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Amazonas, Lene Santiago, e de representantes da União da Juventude Socialista (UJS), da Conam e da União de Mulheres de Manaus.

O vereador João Pedro disse que a única proposta nova nesta campanha sucessória é o programa da Frente Brasil Popular. “Ninguém está satisfeito com o nosso país porque a fome bate na porta de cada um de nós”, afirmou ele. “Itacoatiara é um pedaço deste país que também está insatisfeito. Então, é hora de dar a resposta no dia 15 de novembro, votando no candidato da Frente



João Pedro Brasil Popular, Lula”, concluiu João Pedro.

O vereador do PT em Itacoatiara, Guilherme Menezes, afirmou que os demais candidatos à Presidência da República estão comprometidos com o capital internacional. “Não vamos confiar na burguesia de Collor, Ulysses Guimarães, Mário Covas, Brizola, Afif e companhia. Vamos confiar na Frente Brasil Popular”, disse o vereador. Já Ricardo Moraes, explicou por que defende a candidatura de Lula para presidente: “É porque ele é operário como nós, tem as mãos calosas e suou como nós.”

Lula marca um tento no Rio

A candidatura de Lula a presidente da República conseguiu marcar mais um tento importante na corrida sucessória. A visita de dois dias à Baixada Fluminense, onde foi a comunidades da periferia, percorreu ruas do comércio e realizou reuniões e comícios, foi um indicativo seguro da potencialidade que tem o nome de Lula para passar ao segundo turno do pleito. Belfort Roxo, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São João do Meriti foram os municípios em que Lula recebeu grande adesão popular, provando mais uma vez que a expressiva maioria da população ainda não se definiu e que Lula é o nome que possui condições de ser o escolhido no universo compreendido pelos trabalhadores, mulheres e as camadas sociais marginalizadas da sociedade.

Apoio do bispo

O apoio público e explícito do bispo de Caxias e São João do Meriti, D. Mauro Morelli, que recebeu o candidato da Frente Brasil Popular para o almoço com os representantes das comunidades eclesiais de base da região, foi um ponto positivo da visita de Lula à Baixada. D. Mauro lidera um dos maiores contingentes populacionais do Estado do Rio, organizados em 220 comunidades. Para ele, a candidatura de Lula "é a que melhor responde aos caminhos que o Brasil deve percorrer." Acrescentou que "nenhum partido sozinho pode esgotar as neces-

sidades do país, mas o projeto da frente é o que mais dignifica o trabalhador brasileiro."

No contato com a imprensa o bispo foi ofensivo e não se intimidou com possíveis ameaças da cúpula da Igreja, comandada no Rio pelo cardeal D. Eugênio Sales. Criticou os religiosos que prometem o voto dos seus fiéis a candidatos e adiantou que sua decisão de apoiar Lula não se constituirá, em nenhum momento, numa forma de pressão sobre as pessoas de sua diocese que tenham outras opções. Mas foi claro quanto à sua convicção: "Os grandes problemas do povo não se resolvem com bênção de pastores, papas ou médicos."

Corpo a corpo

Em seu primeiro dia na Baixada Fluminense, Lula caminhou pelo centro comercial de Belfort Roxo, entrou em bares, lojas e supermercados, onde verificou os preços, conversou com donas-de-casa, ambulantes e comerciantes, sempre indagando às pessoas sobre os seus problemas e ouvindo atentamente sugestões e propostas. Ainda em Belfort Roxo, Lula participou de um programa de rádio e encerrou sua jornada em Nova Iguaçu, onde fez um comício para cerca de duas mil pessoas.

O segundo dia de Lula na Baixada começou com um comício no centro de Caxias, que contou com a participação de



Lula e Jandira Feghali em campanha na Baixada Fluminense

mil pessoas, seguindo-se uma passeata pelas principais ruas da cidade. À tarde Lula teve um encontro com mais de 500 mulheres que apoiam a Frente Brasil Popular, na sua maioria lideranças comunitárias. A visita à Baixada se encerrou com um combativo comício para mais de três mil pessoas no centro de São João do Meriti.

A Baixada é do povo

A importância da visita de Lula à Baixada Fluminense consistiu fundamentalmente em confirmar a grande capacidade de penetração da Frente Brasil Popular nas camadas pobres, evidenciando ser de

fato a única candidatura de esquerda nesta campanha, desmascarando assim a tentativa de Brizola de ser o aglutinador da massa popular, e de Collor de ser o elemento renovador da política. As idéias apresentadas por Lula, progressistas, avançadas, refletindo os interesses do "povão", são diametralmente opostas às apresentadas por Brizola e Collor. Por isso mesmo, não é demais afirmar que tanto um quanto o outro sofreram desgaste em suas campanhas na Baixada Fluminense, devido à clareza e à honestidade das proposições apresentadas pelo candidato da Frente Brasil Popular.

Antigo reduto brizolista, a

Baixada Fluminense mostrou que não pertence a nenhum cacique ou caudilho, mas ao próprio povo, o qual dá demonstrações diárias de que tende a dar preferência, na hora do voto, àqueles que, pela sua trajetória e pela clareza das propostas, falam a sua linguagem, muito mais do que qualquer símbolo ultrapassado e reacionário.

Homenagem à comunista

A líder comunitária Neide da Silva Oliveira, que completaria 38 anos em 19 de agosto próximo, foi homenageada no comício da Frente Brasil Popular em Nova Iguaçu pela deputada estadual do PCdoB, Jandira Feghali, e no encontro de Lula com as mulheres da Frente Brasil Popular, pela presidente da Federação das Associações de Moradores de Nova Iguaçu, Dilce Nahon. Neide, falecida em 20 de julho, teve uma vida dedicada às lutas do povo da Baixada Fluminense.

Integrante do Diretório Municipal do PCdoB de Nova Iguaçu, Neide ingressou no Partido em 1985, após assistir ao primeiro programa televisivo do PCdoB. Desde então desenvolveu incansável atividade nas fileiras partidárias, contribuindo para seu crescimento na região onde morava e para a elevação do nível das lutas do povo. (Carlos Henrique Vasconcelos, correspondente no Rio de Janeiro).

Bisol, candidato, visita o Rio Grande

Na sua primeira visita ao Rio Grande do Sul depois de ter sido indicado candidato a vice-presidente pela Frente Brasil Popular, o senador José Paulo Bisol cumpriu intensa agenda na capital gaúcha.

No dia 21 de julho, Bisol inaugurou o comitê de Campanha da Frente Brasil Popular no centro de Porto Alegre.

O senador gaúcho registrou sua mensagem de esperança e a necessidade de unidade "das forças inteligentes e portadoras da ciência política descortinando o novo". Centenas de pessoas ouviram atentamente as palavras do senador e os pronunciamentos das lideranças do PT, PCdoB, PSB e PV. Representando a coordenação da campanha estavam presentes o prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra, e o artista plástico Vasco Prado.

No dia 30 de julho, será realizada uma grande festa no Parque da Redenção, em Por-

to Alegre, com a presença de Lula e Bisol.

Bisol em Canoas

No dia 22 o senador participou do lançamento da FBP em Canoas, um dos mais importantes municípios do Rio Grande do Sul. Compareceram centenas de pessoas e deputados do PT, além de lideranças dos diretórios regionais do PCdoB, PSB e PV.

Visita do PCdoB

O senador Bisol visitou a sede do PCdoB em Porto Alegre. Ali foi recebido pelos militantes comunistas com faixas que diziam: "Senador nota 10". Em discurso pronunciado num clima fraterno, Bisol destacou: "Sinto-me como se estivesse revivendo. Ser companheiro de chapa de Lula é a contribuição que poderia dar

no sentido de aumentar a possibilidade de deslocar as elites do poder político. Esta possi-

bilidade é a primeira na história de nosso país."

Destacando a participação



Alberto William



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Bisol: Unidade das forças inteligentes, portadoras da ciência

Uma candidatura vazia

Umberto Martins

“Tenho péssimas informações a respeito desse rapaz.” A frase, segundo o ex-prefeito de Maceió, Djalma Falcão, foi proferida em 1985 por Tancredo Neves para manifestar desaprovação à filiação do ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, ao PMDB — o que acabou ocorrendo por insistência de Ulysses Guimarães e José Sarney.

Tancredo Neves tinha fortes razões para desconfiar do alagoano que foi prefeito biônico de Maceió, votou em Paulo Maluf no Colégio Eleitoral e acabou usando a legenda do PMDB para se fazer passar por opositorista. Collor aprendeu na escola de Maluf a arte da demagogia política e tem demonstrado que é capaz de superar seu mestre.

Um farsante

A farsa Collor inicia com o que aparentemente é o seu principal compromisso, o de combater a corrupção e acabar com os marajás, caso seja eleito presidente. Não é apenas por coincidência que Paulo Maluf promete a mesma coisa, tendo declarado o “combate à corrupção” seu “objetivo número 1” nesta campanha eleitoral.

Tal como Maluf, o ex-governador de Alagoas está envolvido em variados, e graves, casos de corrupção, especialmente de favorecimento aos poderosos usineiros de Alagoas. Os fatos a respeito já vieram à tona e, por insistência dos outros candidatos, acabarão por se impor à opinião pública, desmistificando a farsa.

Esta é uma das razões que levam o ex-governador de Alagoas a fugir do debate público como o diabo foge da cruz. Collor não compareceu aos dois debates realizados até o momento na TV e tem se esquivado com certa habilidade de responder às acusações.

Mas a fuga da polêmica não deve ser atribuída apenas às contradições entre suas palavras e atos sobre corrupção. O candidato do PRN é igualmente vazio de idéias e até o momento não apresentou à sociedade um programa de governo. Também neste campo sua tática é evitar abordar com mais detalhes os graves problemas do país.

Por uma ou outra razão, entretanto, ele acaba dando pequenas dicas sobre o que seria seu governo. Na convenção do PRN em que foi lançado candidato, por exemplo, tratou de garantir o apoio de alguns grupos em-



presariais que ameaçaram pular para o lado de Mário Covas depois que este defendeu ardorosamente um “choque de capitalismo” no país. E Collor fez isto enunciando vagas diretrizes que permitem concluir que ele pretende adotar uma política econômica semelhante à de José Sarney — esta que conduziu o Brasil ao pântano.

De bem com o FMI

Vejamos o que ele diz sobre a dívida externa e, nela, de um personagem conhecido e amplamente repudiado pelo povo brasileiro, o FMI. “Não quero, não pretendi e nem desejo brigar com o FMI”, assegurou. Isto significa que o ex-governador alagoano, se eleito, irá imprimir à negociação da dívida externa o mesmo sentido que teve até hoje, condenando a nação à humilhação, à miséria e à hiperinflação, em nome do enriquecimento dos grandes agiotas estrangeiros.

Garantiu também um tratamento privilegiado ao grande empresariado, aceitando com iniciativas maiores na direção da privatização das empresas. “O Estado cerceia a livre competição, interfere na vida das empresas”, disse, repetindo um surrado — e mentiroso — argumento das elites brasileiras.

Ao mesmo tempo, tranquilizou os latifundiários, deixando claro que não vai apoiar a reforma agrária e falando vagamente em “assentamento ordenado” e “reorganização fundiária”. Mostrou-se bom mocinho também com os especuladores da dívida interna: “não vamos confrontar nem com os credores externos nem muito menos com os credores internos”, declarou.

É patente que o homem, detentor hoje da preferência eleitoral, segundo as pesquisas, não passa de um dócil instrumento das elites dominantes, das quais já promete ser um fiel servo caso chegue ao Palácio do Planalto, realizando um governo evidentemente contra o povo. Resta saber se a farsa resistirá até 15 de novembro.

Collor promove pancadaria e ataca o povo em Brasília

No último dia 20 a máscara de bom moço de Fernando Collor de Mello caiu e, em seu lugar, revelou a sua verdadeira face autoritária, de quem não poupará esforços nem medirá seus atos quando se tratar de levar adiante seu sonho de chegar ao Palácio do Planalto. Isto ficou marcado na sua passagem por Taguatinga, cidade-satélite do Distrito Federal, onde o candidato do obscuro PRN rezou “contra a ameaça do comunismo ateu”, realizou um comício que foi um fracasso e distribuiu gratuitamente, além de **bottons**, adesivos e camisetas, socos e pontapés para todos os lados.

Tudo começou com a sua visita à Casa da Bênção, templo dirigido pelo ex-candidato a deputado federal pelo PFL de Brasília, Doriel de Carvalho, anticomunista convicto. Doriel é apontado como um dos representantes da seita do reverendo Moon pelos próprios pastores de outras igrejas protestantes de Brasília, que inclusive se recusam a manter relações com ele.

Na sua visita ao templo, também conhecido como Igreja Tabernáculo Evangélico de Jesus, Fernando Collor foi saudado como “o único nome capaz de livrar o Brasil das mãos da esquerda” pelos fanáticos e ministros missionários presentes. Um deles chegou a dizer que os fiéis deviam apoiá-lo “para que não aconteça no resto do país o que acontece em São Paulo, governado pela esquerda terrorista”.

Acompanhado pelo seu candidato a vice, Itamar Franco, pela deputada federal Márcia Kubitschek e por um dos maiores especuladores imobiliários de Brasília e vice-presidente do PRN, Paulo Otávio, Fernando Collor proferiu um discurso no mesmo estilo dos representantes do reverendo Moon. Após várias menções à Bíblia, foi saudado com gritos de “Aleluia, aleluia, glória a Deus nas alturas, amém, amém”, como se Collor fosse o próprio reverendo Moon. Enquanto isso, a menos de 10 metros de distância do templo, algumas “coloretas”, contratadas a NCz\$ 50,00 cada, distribuíam camisetas, adesivos e **bottons**.

Fracasso e violência

Se foi na Casa da Bênção que Fernando Collor manteve contato mais estreito com os representantes da seita Moon, foi na praça pública que ele pôde pôr em prática os seus métodos políticos. Para a realização do “showmício” foram gastos milhões de cruzados novos. Propaganda em todos os meios de comunicação, dezenas de ônibus fretados, show com o grupo musical

baiano “Chiclete com banana” — tudo isso para reunir menos de 3 mil pessoas. Um verdadeiro fracasso para quem falou o tempo todo que colocaria 15 mil pessoas na praça.

Mais uma vez acompanhado da mesma **troika** que o seguiu na visita à Casa da Bênção, o direitista das Alagoas fez um comício que durou menos de 20 minutos e que ficará para sempre na história da Praça do Relógio de Taguatinga, palco de importantes manifestações de trabalhadores e tradicional local das lutas da juventude dessa cidade-satélite. A deputada Márcia Kubitschek foi vaiada e seu candidato a presidente foi recebido com tomates arremessados de vários lados. Era o combativo povo de Taguatinga e em particular sua juventude demonstrando repúdio ao candidato que tenta se fazer de bom moço. A partir daí várias pessoas foram agredidas pelos brutamontes que formavam a segurança do candidato do PRN. Dois jovens agredidos, João Carlos e Clécio Martins, ambos estudantes secundaristas, testemunharam que “a ordem era bater em quem não estivesse com Collor”. Clécio, de 16 anos, relatou na 12ª Delegacia de Polícia onde prestou queixa das agressões que sofreu: “Fui agredido apenas porque gritei o nome de Lula, que é meu candidato”. Clécio afirmou ainda que “as pessoas estavam sendo agredidas com murros e pontapés para que não desse na vista. Eles promoveram

agressões seletivas para que não se instaurasse o pânico e a festa deles não acabasse em baderna”.

Sem emoção

Na verdade, a grande maioria do público presente era formada por estudantes secundaristas das diversas escolas que circundam a área. Para o jovem Sandoval de Jesus, coordenador da União da Juventude Socialista local, “a maioria dos jovens ali presentes estava a fim de dançar o som baiano do ‘Chiclete com banana’”. Muitos grupos de jovens presentes repudiaram a farsa representada por Collor. As outras pessoas presentes também estavam a fim de se divertir e receberam Collor com muita frieza. Não houve emoção nenhuma, nem na hora em que cantaram o Hino Nacional”.

Outro que insistiu em dizer que foi ao show e não ao comício foi o jovem Luís Costa, morador da Ceilândia, cidade-satélite próxima a Taguatinga. “A rapaziada dos colégios levou cartazes repudiando a presença de Collor e ficou o tempo todo gritando o nome de Lula, porque é o candidato que mais se identifica com os interesses da juventude e do povo. Collor é uma mentira, nem jovem ele é, como estão dizendo por aí”.

O fim do showmício foi marcado por mais protestos. Houve grande reação do povo com as cenas de violência e a partir daí ocorreu um quebra-quebra. (Calucho Carvalho, da sucursal de Brasília)



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Uma vertente da socialdemocracia

O trabalhismo no Brasil, cujo principal representante é hoje o caudilho Leonel Brizola, sempre expressou os interesses da burguesia brasileira e, como ela, experimentou uma acentuada guinada à direita no seu processo de desenvolvimento histórico desde Vargas.

Raul Carrion*

Na década de 20 colocaram-se na ordem-do-dia em nosso país tarefas de caráter democrático e nacional. Ganhou força a luta da pequena burguesia e da nascente burguesia nacional contra o domínio das oligarquias rurais.

A revolução de 30 encerrou o ciclo da Velha República e abriu caminho para uma certa industrialização e modernização do país. A burguesia, sem romper com a dominação imperialista ou liquidar o latifúndio, procurou negociar condições mais favoráveis de dependência.

Pressionada pelo movimento operário, a burguesia foi forçada a implantar algumas reformas nas relações de trabalho, agindo em parte sob inspiração da socialdemocracia européia e, como esta, motivada pelo interesse de impedir a derrocada do sistema de exploração.

Sob Vargas é instituída a jornada de 8 horas e uma legislação corporativista, baseada na "Carta del Lavoro" de Mussolini, que, embora contemplando algumas reivindicações dos assalariados, objetiva ganhar as massas para a colaboração de classes com a burguesia. Ao mesmo tempo em que se apresenta como o "pai dos pobres", ele desenvolve feroz perseguição aos comunistas e procura liquidar com a organização independente da classe operária — transformando os sindicatos em meros apêndices do Estado burguês.

Para Vargas, PTB devia ser um contrapeso ao Partido Comunista

A vitória em 1945 sobre o nazi-fascismo apressa a redemocratização do país e legalização do PC do Brasil, que, então, ganha grande prestígio. Vargas logo percebe que é preciso bloquear o crescimento dos comunistas no seio das massas trabalhadoras. Depois de criar o PSB, ele cria o PTB para ser, conforme suas palavras em 1947, "um elemento de equilíbrio contra o comunismo".

O Partido Trabalhista Brasileiro já nasceu sob o signo do reformismo e do populismo. Também levanta bandeiras nacionalistas, é dirigido por burgueses e inclusive latifundiários, mas obtém considerável influência junto à classe ope-

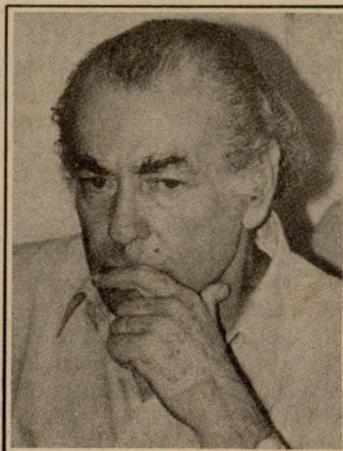
rária e os trabalhadores em geral, influência que herda da política de concessões levada a efeito por Getúlio Vargas. É, por tudo isto, um "trabalhismo burguês".

Afastado do poder pelos militares em outubro de 45, Vargas volta à Presidência da República em 50, eleito pelo PTB. A partir daí, acentua o caráter nacionalista burguês de seu trabalhismo, refletindo o aguçamento das contradições entre a burguesia brasileira e o imperialismo. Pressionado pelo movimento popular, cria a Petrobrás e a Eletrobrás. Nega-se a enviar tropas para a Coreia. Conduta que teve traços objetivamente progressistas.

Sob pressão das forças mais reacionárias da sociedade, Getúlio Vargas comete o suicídio em 1954, num gesto cinematográfico que projeta dramaticamente a impotência e incoerência da burguesia brasileira no enfrentamento com o imperialismo.

O brizolismo anterior a 64 expressava a luta da burguesia nacional

A invasão do Brasil pelas multinacionais durante o governo JK acarreta uma rápida desnacionalização da economia. A burguesia nacional encontra, neste período, em Leonel Brizola — governador de um Estado eminentemente pequeno burguês e com uma burguesia média relativamente numerosa — seu intérprete mais radical, em defesa das "reformas de base", ao mes-



Brizola prega conciliação

mo tempo em que encontra em João Goulart, cunhado de Brizola, o representante de uma ala mais moderada. A burguesia nacional ainda tinha interesses a preservar na luta antiimperialista.

O brizolismo nacionalista pré-64 expressa a disputa da burguesia nacional com o imperialismo e o latifúndio pela hegemonia do poder, ao mesmo tempo que a política de concessões para evitar a revolução. Nas palavras de Brizola, em 1961 esta conduta é nítida: "Corremos o risco de sermos (...) arrastados pelas correntes extremadas da esquerda revolucionária" (...) "a grande diferença entre nós e os que nos acusam está em que eles querem combater o comunismo com a polícia, com a violência (...). E nós entendemos que a melhor maneira de combater o comunismo está em resolver os problemas que nos afligem".

A socialdemocracia adotou dupla tática nos países dependentes

O golpe de 64 pôs um ponto final aos arroubos nacionalistas da burguesia brasileira, que capitula frente ao imperia-

lismo e ao latifúndio. No decurso do regime militar, esta burguesia sofre importantes alterações, cresce associando seus interesses aos do capital estrangeiro e acaba hegemonizando o poder do Estado neste novo quadro. Em função disto, o brizolismo perde densidade social e também modifica sua conduta política e suas posições frente aos problemas do país.

Com a crescente industrialização do Brasil, criaram-se condições objetivas favoráveis à existência de partidos socialdemocratas, tendo por base uma pequena burguesia moderna e uma incipiente aristocracia operária.

A nível internacional, a socialdemocracia adota uma dupla tática para os países dependentes: por um lado trata de utilizar as correntes socialdemocratas nesses países como cabeça-de-ponte para a penetração de seus capitais. Neste sentido, disputa com o imperialismo norte-americano, defendendo os interesses dos monopólios europeus. Ao mesmo tempo, diante do avanço da luta popular, atua para impedir a radicalização e desviar as massas da revolução. E aí seus interesses coincidem com os do imperialismo ianque.

Brizola traveste-se de socialista, mas defende o capitalismo

O comportamento de Brizola acompanha o zigzag dos interesses da burguesia brasileira. Diante da abertura política do regime militar, ele procura um bom casamento com a socialdemocracia européia, que, por seu turno, vê no caudilho uma boa oportunidade para realizar o seu projeto de implantar por aqui um partido socialdemocrata. Providen-

cialmente "expulso" do Uruguai — onde vivia isolado em sua fazenda —, Brizola vai para os Estados Unidos e daí para Portugal, onde reorganiza o PTB (depois, PDT), com o auxílio da socialdemocracia.

O brizolismo socialdemocrata, de ocasião, assume novas características: é mais moderado, menos nacionalista, deixou de ser antilatifundiário. Travestido de socialista, defende mais abertamente o capitalismo. Se antes do golpe referenciava-se na revolução cubana, hoje tem como exemplo o capitalismo dependente e latifundiário da Austrália.

Retornando ao Brasil, Brizola se esforça em reabilitar sua imagem perante os militares e as classes dominantes. Em 1983 posiciona-se a favor da prorrogação do mandato do general Figueiredo. Atacou o Plano Nacional de Reforma Agrária pela direita. Foi contra a apuração dos crimes da ditadura e dos atentados terroristas. Em 82 dividiu a frente antiditatorial em diversos Estados, viabilizando a vitória do candidato do regime militar no Rio Grande do Sul. Em 85 e 86 privilegiou as alianças com a direita (PDS e PFL, principalmente) em inúmeros Estados.

O caudilho defende o pagamento da dívida e não quer reforma agrária

Hoje ele prega o pagamento da dívida externa, sob o pretexto cínico de que "não podemos ser caloteiros". Em vez da reforma agrária — que fere interesses do latifúndio — defende a pretensa "colonização" das terras inóspitas, tal como Figueiredo. Concilia com os militares e faz média com os reacionários afirmando que "o petróleo é nosso, mas a direita também", e centra o seu ataque nas esquerdas. Alia-se com o que há de mais pelego e traidor no movimento sindical, como o chamado sindicalismo de resultados de Luiz Antonio de Medeiros.

O nacionalista combativo, o democrata radical de ontem, transformou-se, assim, em um homem sem propostas ou bandeiras claras, que não vai além de um nacionalismo difuso, conciliador, e apelos demagógicos e populistas. Não é o candidato preferido hoje pelas elites conservadoras, mas com certeza as classes dominantes têm nele uma reserva estratégica, que podem lançar, não a qualquer momento para combater os movimentos verdadeiramente de esquerda.



Charge de J. Carlos, revista "Caretta", 1937.

* da direção regional do

Sarney dá show de demagogia e cinismo na televisão

José Reinaldo Carvalho

“É um homem sofrido, sozinho.” A frase, da apresentadora Marília Gabriela, após entrevistar na TV Bandeirantes o presidente José Sarney, durante 1 hora e 15 minutos, no último dia 24, simboliza o estado de pânico e isolamento que acometeu o mais alto mandatário do país no ocaso de seu governo. A entrevista foi acertada entre o Palácio do Planalto e a TV Bandeirantes para que o presidente respondesse às críticas que lhe endereçaram os candidatos à Presidência da República durante o debate promovido pela mesma TV, na semana anterior.

Mas o presidente, longe de responder ou refutar críticas, abusou da paciência dos telespectadores para tentar justificar os seus desmandos à frente do governo, transmitir informações falsas, baralhar dados e fatos, atacar a imprensa e invectivar adversários. Tudo isso, num clima tenso expresso na sua carranca, em socos na mesa e em apertes inoportunos aos jornalistas. No final da entrevista, chegou a comentar nos bastidores: “Nunca estive rodeado de algozes como hoje.”

O presidente mentiu sem cerimônia. Jurou que sua comitiva na viagem a Paris era composta de apenas 15 pessoas, quando ficou provado pelas denúncias documentadas na imprensa que a corte foi composta por mais de 150 apauzados, com despesas pagas

pelo Erário. Garantiu que a viagem não tinha por objetivo participar dos festejos do bicentenário da Revolução Francesa, mas dar continuidade à “diplomacia presidencial”, que “eu inaugurei”. Mas o tratamento que lhe foi dispensado na França por François Mitterrand e pelos líderes dos grandes, que concederam aos representantes do “terceiro mundo” um lugar pouco honroso na copa, atesta que, no mínimo, esta “diplomacia” não desfruta de qualquer credibilidade internacional.

O presidente tergiversou sobre inflação, receitas e gastos públicos, funcionalismo e transformou o ekrã da Bandeirantes num muro de lamentações, dizendo-se “abandonado e injustiçado”. Em relação aos salários, falseou a realidade de modo exemplar: “No que depende do governo, eu tive a preocupação de preservar o salário”, quando se sabe que durante seu governo foram promovidos os maiores arrochos salariais da história do país — o do Plano Bresser e do Plano Verão.

O debate dos presidenciais

O primeiro debate entre os candidatos à Presidência, ao qual covardemente se ausentaram Fernando Collor de Mello e Ulysses Guimarães, o primeiro porque não tem idéias a discutir, o segundo por temer que aumente a crise de sua candidatura, foi, na verdade, um



O presidente perdeu a compostura e deu socos na mesa

pretexto utilizado por Sarney e sua assessoria. Os nove candidatos presentes perderam-se em generalidades e lugares comuns, sem apontar claramente as suas propostas, deixando o eleitor confuso, quando questionados sobre qual seria a primeira medida no governo. “A prioridade é retomar o desenvolvimento” (Covas). “Vamos retomar o crescimento com justiça social” (Brizola). “Não gastar sem receita” (Carmargo). “Redirecionar o desenvolvimento” (Aureliano). “Resgatar a credibilidade política” (Caiado). “Choque de austeridade e da moralidade” (Afif). “Superar os estrangulamentos das finanças públicas” (Freire). “Acesso a todas as informações possíveis” (Lula). “Combate à inflação e à corrupção” (Maluf).

Direita quer dar golpe na Bahia

A feição progressista que vem se desenhando na Constituinte baiana provocou reações variadas na direita encastelada no Legislativo estadual. Nas primeiras fases do processo constitucional esta reação se traduziu em uma enxurrada de emendas suprimindo ou modificando os artigos mais avançados. Na última semana, quando o projeto constitucional recebeu as últimas emendas (mais de 12 mil) e está a caminho do plenário (a partir de 5 de agosto), uma delas tenta dar o golpe de misericórdia: o deputado Eujácio Simões, do PFL, quer simplesmente extinguir a Comissão Constitucional, presidida pelo deputado Luiz Nova, do PCdoB, cuja atuação eficiente contribuiu para assegurar o que de mais progressista se conseguiu até aqui no texto constitucional.

Ao assumir a presidência da Comissão Constitucional, graças a um acordo de

lideranças bem articulado, que garantiu à esquerda espaços importantes na Constituinte baiana, Luiz Nova sabia que enfrentaria dificuldades. Desde a falta de espaço físico e funcionários para trabalhar, até a ciumeira generalizada que sua ação competente e eficiente começou a despertar.

Inicialmente limitada à direita declarada, a reação estendeu-se para setores ditos progressistas, a ponto de a emenda de Eujácio Simões que extingue a Comissão Constitucional estar encontrando respaldo em áreas do PMDB e até do PDT, embora fira frontalmente o regimento interno que garante o funcionamento da Comissão até a fase final de plenário.

Luiz Nova reagiu à manobra, primeiro denunciando publicamente a ilegalidade da emenda de Simões. E, segundo, exigindo que, caso vá a plenário, a votação se dê nominalmente “para que

a opinião pública tome conhecimento de quem é quem na Constituinte estadual”.

Além da presidência da Comissão Constitucional, o deputado do PCdoB deu contribuições para tornar progressista o texto constitucional. Isoladamente ou em co-autoria com seu companheiro de bancada, o deputado Vandilson Costa, e com o deputado Alcides Modesto, do PT, Nova apresentou um grande volume de emendas avançadas na fase da Comissão Constitucional. Nova, Vandilson empenham-se agora para tentar garantir a feição progressista até aqui desenhada para a futura Constituição do Estado da Bahia, especialmente assegurando espaços democráticos para a participação da sociedade na administração estadual.

(Pedro Augusto Pereira, correspondente em Salvador)

A face da cada um

Mas se cada candidato procurou preservar sua imagem fugindo à polêmica e adotando um discurso genérico, mesmo assim é possível divisar em determinadas declarações a verdadeira face e o caráter de sua posição política.

Mário Covas gastou seu tempo recitando estatísticas mal decoradas, mas entre uma e outra cifra, enfatizava seu perfil conservador, seja na maneira peremptória como se contrapôs à descriminalização do aborto, seja na sofreguidão com que defendeu o “choque de capitalismo” e a presença do capital estrangeiro na economia brasileira.

Brizola tentou dominar a cena, com gestos e impositação de voz ensaiados e, entre um e outro rompante demagógico, exaltou o “capitalismo australiano”, que apresenta como modelo a ser seguido. Visivelmente constringido, disse que “o país não pode simplesmente se escusar de pagar a dívida externa”, considerando necessário, ainda, “exigir dos credores que ensejem ao país a saída desse impasse” (grifo nosso).

Entre os candidatos de viés socialdemocrata, merece atenção especial a atuação do falso

Oligarquia cassa prefeito

Uma farsa política, montada pelas oligarquias de Cariacica, município da área metropolitana de Vitória (ES), levou a Câmara Municipal a cassar o mandato do prefeito Vasco Alves de Oliveira Jr., do PSDB, por 16 votos a cinco.

Os vereadores que o cassaram participaram de uma caixinha, montada pelas oligarquias, que pagaram a cada um 50 mil cruzados novos. Desde a campanha sucessória municipal de 1988, circulava na cidade a idéia de que a oligarquia dos Fantini, liderada pelo patriarca Vicente Fantini, prefeito do município por duas vezes, e pelo monopólio dos transportes urbanos, que dominam a cidade, não iriam permitir que Vasco governasse.

Vasco Alves, cuja administração em Vila Velha esteve voltada para os interesses da população, e criou uma empresa de transportes

comunista Roberto Freire. Apresentado pela mídia como um dos “bons desempenhos” no debate, Freire fez de tudo para aparecer como o candidato da esquerda. Poucos dias depois do debate, deixou bem claro que tipo de esquerda é, declarando preferir Ulysses Guimarães a Lula no 2º turno. Mas não escondeu seu perfil conciliador e sua tendência cada vez mais conservadora. “Não tenho a sinistrose da argentinização. A economia brasileira não está em decadência, a crise é setorial”, pontificou o deputado pernambucano que parece desconhecer o abc da economia política.

O desempenho de Lula

O candidato da Frente Brasil Popular, que indubitavelmente sustenta as melhores posições, comportou-se porém, no debate, com certa timidez em face a tanto conservadorismo dos demais candidatos. Não demarcou com clareza os campos, perdeu uma oportunidade de ouro para propagandar a plataforma de 13 pontos da frente, a única avançada, e fez afirmações pouco claras quanto à presença do capital estrangeiro na economia e a forma de conduzir a luta pela recuperação dos salários, muito embora tenha patenteado sua opinião favorável à suspensão do pagamento da dívida externa.

Apesar de que se apresentou como o mais sincero, franco e simples, falando de maneira inteligível para o povo, deixou flancos abertos, que podem ser explorados por seus adversários.

A gravidade do momento político brasileiro e a profundidade da crise estrutural da sociedade impõem uma linguagem clara, límpida, contundente, a um só tempo radical e ampla, capaz de esclarecer e de mobilizar o povo, ávido por efetivas mudanças.

coletivos para quebrar o monopólio existente na cidade, pretendia fazer o mesmo em Cariacica. Os vereadores, a maioria de direita, cederam à corrupção e evitaram que a população tivesse uma administração que atendessem as suas expectativas.

No dia seguinte à sua cassação, o PCdoB, o PT, o PDT, o PL, o PFL e cerca de 1.500 pessoas fizeram uma passeata de protesto. E no dia 22 de julho o Diretório Regional do PSDB expulsou de suas fileiras o vice-prefeito César Melo, o presidente do Diretório Municipal, Ailton Ramos, e o vereador João Carlos Bonadiman, autor da denúncia contra Vasco Alves. Os demais membros da Executiva Municipal

(Cloves Geraldo, correspondente em Vitória)

As sucessões na história

1926-1930—Na corda bamba

A luta intestina entre setores das oligarquias brasileiras, na sucessão de Epitácio Pessoa e no governo Artur Bernardes, repercutiu fortemente nos quartéis, com desdobramentos mais radicais e progressistas (Revolta dos 18 do Forte e Coluna Prestes), criando condições para a superação da República Velha.

José Carlos Ruy*

A radicalização da crise política durante o governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) foi intensa, cristalizando-se em uma polarização tão acentuada, nos anos seguintes, que nem mesmo a precária legalidade da República Velha podia amparar o governo: o estado de sítio imposto por Epitácio poucos meses antes de deixar o poder, foi sucessivamente prorrogado sob seu sucessor, fazendo a sociedade brasileira viver sob uma camisa de força legal que só seria superada definitivamente com o final da própria República Velha.

A sucessão de Epitácio Pessoa foi um teste de força entre a oligarquia e a dissidência, que crescia rapidamente. São Paulo e Minas juntaram-se para impor a candidatura Artur Bernardes, contra a qual levantou-se a "Reação Republicana" que lançou a candidatura de Nilo Peçanha, apoiado pelo Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Era oligarquia contra oligarquia, a contestação ao domínio mineiro-paulista sobre a presidência da República partindo de setores oligárquicos cujos interesses eram severamente prejudicados pela política econômica favorável principalmente aos produtores de café e ao grande capital mercantil que controlava o comércio exterior brasileiro, principalmente as exportações daquele produto.

Apesar de seu programa reformista modesto, Nilo Peçanha teve grande apoio nas cidades maiores e entre os militares, herdeiros das campanhas florianistas e das "salvações" promovidas sob Hermes da Fonseca. Outra fonte importante de apoio à Reação Republicana foram as dissidências oligárquicas de São Paulo e Rio de Janeiro, representadas pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã*.

Agitação nos quartéis

Nas cidades, os comícios de Nilo Peçanha assumiam claramente um caráter de contestação ao regime e exigência de seu fim. Nos quartéis, a agitação não era menor, principalmente entre os oficiais jovens (os "tenentes"), que transformaram o marechal Hermes da Fonseca numa espécie de símbolo da luta antioligárquica. A crise chegou ao máximo, no final de 1921, com a divulgação de duas cartas atribuídas a Ar-

tur Bernardes, com insultos ao Exército e ao marechal Hermes. Mais tarde, descobriu-se que elas eram falsas; apesar disso, elas trouxeram "grande tensão à campanha eleitoral e uma insubordinação nos quartéis: oficiais, principalmente os tenentes, pregavam abertamente a conspiração, caso Bernardes fosse eleito, e ameaças de golpe pairavam no ar em todos os Estados" (Antonio Mendes Jr. e Ricardo Maranhão, *Brasil História*, vol. 3, p. 338).

O poder da máquina governamental, contudo, foi fulminante. Bernardes foi eleito no dia 1º de março de 1922 à custa de todos os recursos da fábrica de truques que era o processo eleitoral da época. Nilo Peçanha fora vitorioso nas grandes cidades, mas era o eleitorado do sertão quem decidia as eleições, sob o rígido controle dos "coronéis". O sucesso de Nilo Peçanha nos centros urbanos mostrou, contudo, que "existiam milhares de pessoas que acreditavam na necessidade de uma modificação" na vida política do país (Edgard Carone, *Revolução do Brasil Contemporâneo*, p. 31).

Vitória amarga

A vitória de Bernardes, contudo, foi amarga, sendo contestada desde os primeiros momentos. "Derrotados, nilistas e militares encontram novas fórmulas de agitação, pedindo a formação de um Tribunal de

Honra que substituísse o Congresso Nacional na apuração" (Edgard Carone, *idem*). A conspiração contra Bernardes cresceu desde então, com repercussões nos Estados. Em Pernambuco, por exemplo, a luta aberta envolveu a população em combates de rua, e uma greve geral foi convocada pelos comunistas e anarquistas. Hermes da Fonseca tentou influir nos episódios de Recife, sugerindo ao comandante da guarnição militar local que evitasse intervir na luta. Em represália, Epitácio Pessoa mandou prendê-lo, acentuando ainda mais a irritação dos "tenentes" contra seu governo.

Depois de 9 de junho, quando a eleição de Bernardes foi reconhecida pelo Congresso Nacional, a agitação cresceu. A dissidência agora era visível também entre os militares, e transparecia de forma crítica nas reuniões do Clube Militar, onde "tenentes" atacavam não só a oligarquia civil, mas também denunciavam a corrupção de chefes militares. Numa delas, em 24 de junho de 1922, o general Setembrino de Carvalho, chefe da repressão à rebelião camponesa de Contestado (1912-1916) foi acusado de desviar 2.600 contos de réis em viveres. Outro general foi acusado de falsificar notas de compras de 20 mil pares de botas (Nelson Werneck Sodré, *História Militar do Brasil*, p. 203 e ss.).

Os "tenentes" acreditavam que um golpe a partir dos quartéis poderia impedir a posse de Bernardes, e passaram a articular-se para esse objetivo, mas as lideranças civis da Reação Republicana não aderiram à tentativa de quebra da legalidade. Embora fossem críticos severos do governo, Nilo Peçanha, Borges

de Medeiros, J. J. Seabra, e os jornais *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo* "não estavam dispostos a atitudes francamente revolucionárias" (Antonio Mendes Jr. e Ricardo Maranhão).

Nem mesmo a articulação militar dos "tenentes" foi eficiente, apesar do amplo sentimento anti-bernardista entre os militares (o ministro da Guerra, o civil Pandiá Calógeras, calculava que 95% dos oficiais eram anti-bernardistas). Assim, em 5 de julho de 1922, quando os "tenentes" iniciaram seu movimento armado contra Epitácio Pessoa e Artur Bernardes, o primeiro ato da liderança nilista "foi de reprovação ao movimento, condenando a concretização de uma mudança até então pregada por eles" (Edgard Carone, *idem*).

A revolta ficou circunscrita a algumas poucas unidades militares no Distrito Federal (seu foco foi o Forte de Copacabana) e em Mato Grosso; abandonados, isolados politicamente e sem a esperada adesão de outras unidades militares, os "tenentes" foram derrotados nessa primeira tentativa de tomar o poder. O episódio, memorável pela ousadia, coragem e patriotismo (a Revolta dos 18 do Forte), marcou contudo o começo de um movimento que, oito anos depois, levaria ao fim da República Velha.

Estado de sítio

O levante foi o pretexto para Epitácio Pessoa impor o estado de sítio, sob o qual Artur Bernardes tomou posse. O estado de sítio foi também o instrumento de exceção que permitiu a Bernardes enfrentar a poderosa oposição existente durante todo seu governo. Ela era tão forte que, dizia-se na época, Bernardes governou

"na corda bamba". A repressão, contudo, dividiu a frente oposicionista. De um lado, os "tenentes" fomentaram uma série de ações armadas nos Estados (principalmente a revolução paulista de 1924) e foram protagonistas da Coluna Prestes, que percorreu 24 mil km pelo interior do Brasil, entre 29 de abril de 1925 e 3 de fevereiro de 1927, numa tentativa heróica de mobilizar forças contra as oligarquias estaduais e o governo federal que era sua expressão.

A outra ala dos opositores de Bernardes, principalmente as dissidências políticas de São Paulo e Rio Grande do Sul, tentaram articular-se em nível nacional para lutar legalmente contra o regime, apesar do obstáculo representado pela suspensão das garantias constitucionais. Um exemplo das dificuldades causadas pela repressão foi o fechamento do *Correio da Manhã* e a prisão de seu proprietário, o jornalista Edmundo Bittencourt.

Breve calma

A situação anormal do estado de sítio permitiu que a indicação de Washington Luís para substituir Bernardes na presidência ocorresse praticamente sem contestação. Ele suspendeu o estado de sítio no dia 31 de dezembro de 1926 e, por isso, seu governo começou "num clima de esperanças e de moralidade administrativa" (Edgard Carone, *idem*). As articulações políticas recomeçaram; a dissidência paulista intensificou a atuação do Partido Democrático, criado em 1926; os gaúchos de Assis Brasil, já organizados no Partido Liberador, aproximaram-se dos paulistas e, em 1927, criaram um efêmero Partido Democrático Nacional. Os trabalhadores, por sua vez, organizaram-se no Bloco Operário, por inspiração do Partido Comunista, e participaram das eleições para o Congresso Nacional em 1927. Quando foi decretada a lei *celerada* (agosto de 1927), contra a oposição popular e democrática, o Bloco Operário transformou-se em Bloco Operário e Camponês, e continuou a participar das eleições municipais, estaduais e federais, obtendo alguns êxitos eleitorais em cidades como São Paulo, Santos, Recife, Rio de Janeiro etc.

Na aparente calma do governo Washington Luís, as forças políticas preparavam-se para o embate final. Sua sucessão foi o estopim para a crise. Washington Luís impôs o paulista Julio Prestes como seu sucessor, com o apoio de 17 Estados. Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, por sua vez, recusaram-se a aceitá-lo, rompendo mais uma vez — e seria a última vez — a aliança café-com-leite; contra Julio Prestes, estes Estados formaram a Aliança Mineira cujo candidato à presidência foi o governador gaúcho, Getúlio Vargas.



Artur Bernardes (Charge de Guevara, 1.5.1928)

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



Questão de ordem

A quem interessa o banditismo sindical?

Altamiro Borges*

De maneira preocupante, observa-se nos últimos meses um aumento da onda de violência nos meios sindicais. A prática do gangsterismo tem se generalizado pela ação truculenta do chamado "sindicalismo de resultados", que atualmente controla a combalida CGT. Os dirigentes desta central, que já não escamoteiam seus vínculos com o patronato e os setores mais reacionários da sociedade, procuram desta forma impor suas posições na marra. Para isso, transformam a CGT numa agência de jaguns.

A tropa de choque do "sindicalismo de resultados" vem agindo em vários episódios sindicais, como em eleições, encontros e greves. Os dois acontecimentos mais marcantes ocorreram no próprio congresso nacional da CGT, em abril passado, e no encontro dos metalúrgicos da capital paulista, em julho. Em ambos, o que se viu foram cenas de vandalismo, com espancamentos e até tiros — num verdadeiro atentado à democracia sindical.

No primeiro, os capangas de Antônio Rogério Magri — presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo e principal encabeçador do tal "sindicalismo de resultados" — garantiram sua eleição para a presidência da CGT. Através da ação desse bando, Magri se elegeu com base nos votos de centenas de "delegados" sem qualquer representatividade sindical. Já no congresso dos metalúrgicos, a gangue de Luiz Antônio Medeiros, que também pertence ao time do novo peleguismo, impediu que os sindicalistas de oposição da base da categoria expressassem suas opiniões, inclusive rasgando faixas e disparando seus revólveres.

Exemplo da Máfia

Pelas insistentes declarações de Antônio Magri à imprensa, conclui-se que a escalada de violência no sin-

dicalismo deverá crescer. A orientação do presidente da CGT é clara: "partir pra porrada" para evitar a vitória das correntes mais combativas em pleitos sindicais, congressos e no comando da luta dos trabalhadores. Esse apelo à truculência reflete o próprio acirramento da luta de classes no país, que acelera o desgaste das concepções patronais nos meios sindicais.

É bom também lembrar que o banditismo não é um fato novo no sindicalismo. Magri, que se diz porta-voz da central sindical norte-americana no Brasil, deve ter assimilado bem a prática nociva desse organismo. No final da década de 20, quando do agravamento da crise econômica nos EUA, a AFL-CIO fez acordos abertos com a poderosa Máfia. Os gângsteres ocuparam os sindicatos, espancaram e assassinaram lideranças operárias, impedindo o acesso às entidades dos trabalhadores revoltados com o arrocho e o desemprego. Em troca, os pelegos transformaram os sindicatos dos EUA em verdadeiros postos de contrabando da Máfia.

O próprio Al Capone, o famoso rei dos ladrões, declarou em julgamento que seu bando comandava vários sindicatos e possuía membros na executiva nacional da AFL-CIO. Sua justificativa para essa interferência é a mesma usada atualmente por Magri: "Precisamos afastar os trabalhadores dos comunistas e preservar o sistema capitalista."

Alvo central

Essa ofensiva raivosa do "sindicalismo de resultados" exige uma resposta à altura das lideranças comprometidas com o avanço das lutas dos trabalhadores. A CGT precisa ser desmascarada e derrotada em todos os embates. Nesse sentido, não se pode dispersar forças no combate a esse novo e perigoso tipo de peleguismo.

*Jornalista, presidente do Centro de Estudos Sindicais

"A fome está crescendo muito entre os trabalhadores"

Cesta básica. Esta vem sendo uma das principais reivindicações de diferentes categorias nas campanhas salariais deste ano. Não é um pleito novo, mas está adquirindo a cada dia maior importância, sendo uma fiel expressão da crise econômica e do empobrecimento progressivo dos assalariados brasileiros.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Sabesp e Cetesb e secretário da Corrente Sindical Classista, Nivaldo Santana, analisa o fenômeno assinalando que "A fome é uma realidade concreta para parcelas crescentes de trabalhadores. Isto explica a força que a reivindicação de uma cesta básica vem tendo no meio sindical."

Argumenta, ainda, que o pagamento dos juros da dívida externa, implicando uma colossal transferência de recursos nacionais ao exterior, resultou num arrocho sistemático dos salários, em escala jamais observada em outro período da história brasileira.

"Não há dúvidas", diz, "que o preço da força do trabalho no país está muito abaixo daquilo que Marx chamava de valor da força de trabalho no capitalismo. Mesmo a reprodução da mão-de-obra, na forma mais elementar que é a alimentação do trabalhador e para garantir sua subsistência física, não está fácil."

O sindicalista citou as estatísticas elaboradas pelo Dieese revelando que em junho o cus-

to de uma cesta básica individual em São Paulo foi de NCz\$ 100,07, equivalendo a 83,4% do salário mínimo (NCz\$ 120,00 no mesmo mês), perfazendo uma elevação de 213% desde janeiro e reduzindo em 50% o poder aquisitivo dos trabalhadores.

Nivaldo Santana enfatiza que "o assalariado tem outras necessidades além da alimentação, como habitação e transporte, para citar dois exemplos. Os alimentos estão subindo mais rapidamente do que outros preços no processo inflacionário deste ano. Isto torna as coisas ainda mais insuportáveis para os assalariados."

Por outro lado, ele nota que a situação de miséria está sendo utilizada pela direita do movimento sindical com o objetivo de bombardear outras bandeiras dos trabalhadores, citando o caso de Luiz Antonio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que, num congresso fraudulento, substituiu a reivindicação da estabilidade no emprego pela cesta básica.



Nivaldo Santana: "A importância da cesta básica advém da miséria, que é crescente no país"

"Isto é de um oportunismo vergonhoso", acentua. "Num momento de crise como o que estamos vivendo é fundamental a luta pela estabilidade no emprego. Além disto esta é uma bandeira antiga e cara ao movimento sindical, que encontra muita resistência dos patrões e de seus representantes no seio dos trabalhadores, os defensores do chamado sindicalismo de resultados, que aliás só dá resultados contra os trabalhadores. Não podemos abandonar a luta pela estabilidade, pela reposição e por aumentos reais dos salários sob o pretexto de que o fundamental é garantir a alimentação."



Latifúndio espalha o terror no ES

O Espírito Santo vive neste momento um clima de grande tensão. Em menos de 60 dias foram mortos dois líderes sindicais do campo, um latifundiário e um soldado da Polícia Militar. E existe uma lista de 112 lideranças políticas, sindicais e religiosas ameaçadas de morte. O último a ser assassinado foi o secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Montanha e secretário da prefeitura local, Verino Sossai, do PSDB, no dia 19 de julho, com seis tiros, quando conversava com um amigo no centro da cidade, situada no Norte do Estado.

A morte de Sossai foi motivada por seu envolvimento na luta pela reforma agrária e ainda por ter socorrido um lavrador sem-terra, chamado Zé Paraíba, que estava baleado e é suspeito das mortes do latifundiário José Machado Neto, ocorrida dia 5 de junho, e do soldado Sérgio Narciso da Silva, do serviço secreto da PM capixaba. Verino Sossai, de 42 anos, casado e pai de dois filhos, teria tentado socorrer Zé Paraíba em Montanha e, como não conseguiu, terminou levando-o para Nanuque, em Minas Gerais.

do socorrer Zé Paraíba —, pistoleiros a soldo do latifúndio assassinaram o tesoureiro do PT de Linhares, Paulo Damião Tristão Purinha, no dia 19 de junho. Dezenas de sem-terra haviam ocupado uma área cuja propriedade é reivindicada por José Machado Neto, no município de Pedro Canário, Norte do Espírito Santo, e durante o conflito foram mortos o latifundiário e o soldado.

Em março de 1988, um líder camponês de Pancas, Francisco Domingos Ramos, havia sido assassinado na mesma região. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Montanha, Jesuíno Pereira Borges, diz que Domingos, Verino e Damião foram mortos por pistoleiros contratados pela UDR. Esta vem espalhando o terror no Estado, principalmente no Norte, onde a população, formada em grande parte por pequenos e médios lavradores sem-terra, vem se armando nos últimos meses.

Este conflito é agravado pela concentração de propriedades no Norte do Estado. Um total de 7.138 proprietários, segundo dados do IBGE, de 1985, ocupam 1.609.020 hectares (áreas de 100 a 1.000 hectares), enquanto 44.902 proprietários ocupam uma área de

1.541.034 hectares (áreas de 10 a 100 hectares), esta situação se agravou a partir dos anos 60 com a erradicação de 15 milhões de pés de café e a expulsão de pequenos e médios proprietários das vilas e povoados pelas empresas de reflorestamento, entre elas a Aracruz Celulose, para cidades onde inexistia trabalho ou terra para cultivar.

Os pequenos e médios proprietários ou foram morar na área metropolitana de Vitória, ou viraram trabalhadores sem-terra. O clima, em função disto, é tenso. A cada momento surgem denúncias de tentativas de assassinatos. O líder camponês José Rainha, de São Mateus, foi atingido por diversos disparos ano passado e escapou por pouco. O prefeito de Jaguaré, Túlio Pariz (PT), pediu ao governador Max Mauro segurança para três assessores ameaçados de morte. E o membro da Pastoral da Terra, Joceni Zagotto, junto com o bispo da ala progressista da Igreja, Aldo de São Mateus, estão na lista negra do latifúndio, sob o pretexto de serem suspeitos de serem próximos de partidos para morrer. Como vem acontecendo no resto do país, os crimes praticados contra as lideranças rurais permanecem impunes. (Clóves Geraldo, jornalista, de Vitória).

Terror Pela mesma razão ter ténia

Metalúrgicos voltam às urnas em Niterói e Itaboraí



A chapa 3, da qual participa a CSC, saiu fortalecida do 1º turno

O Sindiquímica-BA vai mal

Contrariando a trajetória política que fez do Sindiquímica da Bahia uma entidade de luta e combatividade, um grupelho exclusivista e anticomunista, liderado por Jaques Wagner, se apossou da entidade e violou sua democracia interna. O grupo de Jaques realizou um congresso da categoria esvaziado, cassou mandato de diretores, convocou eleições de forma irregular e pretende se perpetuar no comando da entidade.

O objetivo maior de Jaques foi excluir da direção da entidade todos os sindicalistas que tivessem uma concepção política e ideológica diferente da sua e do grupo anticomunista que o apóia. Os comunistas organizados, juntamente com sindicalistas independentes, na "Força Petroquímica", foram o principal alvo de Jaques.

Para alcançar sua meta, Jaques derrubou o método eleitoral da proporcionalidade, instituído em 1984. O interessante é que esse método foi proposto justamente por um grupo de cutistas que agora apóia Jaques. No congresso da categoria neste ano, o grupo reabilitou a tese das eleições majoritárias. Aproveitou um momento em que a plenária do congresso já estava esvaziada para mudar o método eleitoral. Dos 384 delegados eleitos ao congresso, apenas 166 participaram da decisão que revogou a eleição proporcional.

Jaques e seu bando ainda aproveitaram o congresso para cassar o mandato de diretores tanto do Sindiquímica como do Proquímica (Sindicato dos Químicos, agora unificado no Sindiquímica). No caso do Sindiquímica, o mandato só terminaria em 1990. E no caso do Proquímica, a diretoria foi eleita em dezembro de 1988 e empossada em fevereiro último — seu mandato só se encerraria em fevereiro de 1992...

Cartas marcadas

As forças excluídas se abstiveram de participar do proces-

so eleitoral por discordarem da forma mediocre e mesquinha utilizada pelo grupelho para dividir os trabalhadores. Toda essa trama foi concluída com uma chapa única dos anticomunistas e um processo eleitoral permeado por fraudes. No edital de convocação não constava os locais e horários de votação, data e local para realização de 2º e 3º escrutínio, dentre outras irregularidades.

O edital foi publicado a menos de um mês do dia da eleição. Os novos estatutos não foram divulgados na categoria e sequer apresentados a todos os membros da diretoria. As urnas foram transportadas em um carro sem fiscal, pelos próprios membros da chapa. Algumas mesas coletoras eram integradas apenas pelo mesário e o membro da chapa. E várias listas de votagens foram reduzidas, para facilitar o quórum, como na Pronor, Ciquine e Poliflex, onde foram subtraídos mais de 270 nomes de associados em condição de votar. Com todos esses fatores, pode-se afirmar que a diretoria eleita no Sindiquímica da Bahia carece de legitimidade.

O grupo que agora se apossou da direção do Sindicato não participou da preparação da greve geral de 14 e 15 de março. Jaques Wagner chegou a propor em reunião de diretoria que o sindicato lançasse uma nota dizendo que não havia mobilização para a greve no pólo. E, no dia 15, não participou de piquetes. Ao mesmo tempo, elogiou, num "informe publicitário", o nível salarial e as condições de trabalho no pólo. Um exemplo acabado de "sindicalismo de resultados"... (Antonio Barreto, ex-diretor do Sindiquímica, membro da coordenação da "Força Petroquímica" e da direção regional do PCdoB-BA).

As eleições para o segundo turno do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí, prevista para os dias 1 e 2 de agosto, deverão ocorrer num clima de grande disputa, mas que já propicia algumas lições importantes para o movimento sindical fluminense.

Foi um processo tumultuado, em que integrantes da CUT, desrespeitando uma decisão da convenção da central para escolha dos membros da chapa que concorreram à diretoria da entidade, afastaram a Corrente Sindical Classista da composição, embora ela tivesse sido aprovada pela assembleia de base.

Nessas condições, foi formada a chapa 3, "Garra Metalúrgica", integrada por membros da Corrente Sindical Classista, sindicalistas ligados ao PDT e um grande número de independentes. Ela disputou com as chapa 1 (CUT,

com membros da atual diretoria) e 2 (atual diretoria e ligada ao sindicalismo de resultados), no primeiro turno. Saiu fortalecida, sem, contudo, garantia de que possa impedir a chapa 2 de ganhar as eleições.

O resultado do primeiro turno não veio a público, uma vez que os votos foram incinerados ao ser constatada a falta de quórum no pleito. No entanto, ficou evidenciado o crescimento da chapa 3. A questão central, então, passou a ser a necessidade de concentrar esforços para impedir que a chapa 2 ligada ao presidente da Federação dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, Dal Pra, que também é vice-presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, entidade criada e presidida por Luiz Antonio Medeiros — conquiste aquela importante entidade sindical.

A chapa 1, que criou toda a

situação de favorecimento à chapa da CGT entrou em crise, com integrantes da Convergência Socialista ameaçando renunciar, mas o atual presidente do sindicato, Abdias, que ocupa um cargo irrelevante na chapa, decidiu continuar na disputa.

A insistência da chapa 1 em continuar na disputa pode significar a vitória antecipada da chapa ligada ao sindicalismo de resultados, pois inevitavelmente dividirá as forças progressistas e conseqüentes do operariado. A se manter essa situação ficará provado mais uma vez que a divisão não serve aos interesses da classe operária e que os grupos cutistas integrantes da chapa 1 adotam uma visão estreita e que só beneficia os patrões, o governo e a pelegada. (Carlos Henrique Vasconcelos, jornalista, correspondente da Classe no Rio de Janeiro)

CURTAS

Entre os dias 7 e 10 de agosto será realizado na cidade universitária — USP, prédio das Ciências Sociais — o V Congresso Estadual dos Sociólogos de São Paulo. Essa atividade, já tradicional no Estado, procura debater a posição dos sociólogos frente aos problemas políticos e sociais do país. Durante os trabalhos do congresso ocorrerão as eleições de renovação das diretorias do Sindicato dos Sociólogos e da associação — Aesp, de caráter civil. Outro fato importante a ser mencionado será a realização de uma mesa sobre o tema "As mudanças no sindicalismo brasileiro e a nova Constituição", com a presença do CES, do Cedec e do Dieese (dia 9/08 às 14h30).

O Centro de Estudos Sindicais (CES) tem intensificado as suas atividades no campo da formação sindical. Não bastassem os cursos que são oferecidos para sindicalistas em vários Estados brasileiros, está em andamento um projeto de realização de cursos periódicos para dirigentes sindicais e sindicalistas. Já foram realizados dois, sendo um com 35 pessoas, para diretores de entidades sindicais, e outro para operários da Zona Sul da capital. Ainda em agosto, programa-se mais duas turmas de 35 sindicalistas das categorias eletricitários e metroviários, categorias onde a Corrente Sindical Classista (CSC) esta envolvida em disputas eleitorais. Ainda no Estado, no final de julho, na região industrial e operária do Vale do Paraíba, será realizado um curso para mais de 50 operários de várias categorias profissionais.

Nos próximos dias 25, 26 e 27 de agosto, será realizado o I Congresso dos Aeroviários do Estado de São Paulo, promovido e organizado pelo sindicato da categoria (o evento ocorrerá na sede da entidade, à Rua Washington Luiz, nº 6.979 — Aeroporto). Em função da proximidade da realização das eleições sindicais, este congresso reveste-se de grande importância.

No momento que fechávamos a nossa edição estava sendo realizado em São Paulo, na sede do Sindicato dos Bancários, a Convenção Geral dos Metroviários para a formação de uma chapa ampla e democrática que concorrerá às eleições em outubro deste ano. A proposta de convenção e de antecipação das eleições partiu dos sindicalistas da corrente classista, que fazem oposição à atual diretoria da entidade, responsável, entre outros fracassos, por duas furadas de greves gerais nacionais. A formação da chapa será proporcional, ou seja, quem obtiver mais votos na convenção ficará com a presidência e a maioria dos cargos da futura chapa. É preciso registrar que a CSC concorre nessa convenção aliada com cinco diretores do sindicato, ligados à CUT, que são dissidência da atual diretoria.

Foi realizado nos dias 14, 15 e 16 de julho, em Perus, São Paulo, o Congresso Estadual dos Trabalhadores na Alimentação. Ainda que estivessem com uma pequena bancada de 10% dos delegados e apenas uma entidade, sindicalistas da CSC articularam um bloco de delegados, que, entre os 148 presentes, obteve a vitória em praticamente todas as votações e polarizou sete sindicatos de trabalhadores do setor. Entre as tantas vitórias obtidas, está a do incentivo ao apoio a uma candidatura popular comprometida com os interesses dos trabalhadores.

Será realizada em São Paulo, no próximo dia 9 de setembro, sábado, em local a ser determinado, a II Plenária Nacional de Entidades Sindicais da Corrente Classista. O tema é bastante claro: a) conjuntura política; b) situação sindical e c) renovação da Corrente Sindical Classista. O evento ocorrerá durante todo o dia e as condições de participação são as seguintes: dois representantes de cada coordenação estadual constituída; dois diretores de cada entidade

com aval da diretoria; um diretor de entidade sem aval da diretoria e um representante para cada oposição sindical reconhecida (sem direito a voto), além dos membros do secretariado nacional da corrente que terão também direito a voto.

A Chapa 1, "Em linha direta", integrada por representantes dos setores progressistas e de esquerda dos jornalistas brasileiros, alinhados com a CUT e a Corrente Sindical Classista, venceu as eleições para a renovação da diretoria da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) por uma larga margem de votos. Obteve 4549 votos contra 3263 dados à outra chapa, integrado por militantes do PCB, que se aliou aos setores mais conservadores e de direita da categoria, a encabeçada pelo candidato fracassado a uma vaga de juiz classista em Maceió, Freitas Neto.

Paralelamente às eleições para a Fenaj, foi realizada uma prévia que aferiu a preferência da categoria na sucessão presidencial. Também aí ficou comprovado o caráter progressista da maioria dos jornalistas brasileiros. Venceu Lula, com 1920 votos, seguido de Brizola (com 1456) e Mário Covas (1303).

A eleição para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Planaltina, em Goiás, será realizada neste mês, dia 30. Uma chapa unitária foi composta em uma democrática assembleia realizada pelos trabalhadores, sendo encabeçada pelo senhor Roberto Balbino da Silva. Uma chapa, conforme relato de luta classista, comprometida com a luta pela reforma agrária, a legalização das áreas ocupadas por posseiros e em conflito, com a melhoria das condições de vida da categoria.

Classe: Você e o Gilberto Gil estão lançando o Projeto Onda Azul.

Em que ele consiste?

Belchior: Eu acho que o movimento ecológico é uma face da modernidade, é uma face da forma de reivindicar liberdades também. E, do ponto de vista prático, é um encaminhamento pela sobrevivência do Planeta. Quer dizer: nós chegamos a tal ponto da evolução humana que o progresso vem trazendo muitas considerações a respeito do seu próprio curso. Nós, que temos consciência ecológica, estamos tendo que parar um pouco para pensar no sentido do progresso para preferir definitivamente a vida. Este é um momento para se pensar a evolução humana, as saídas para a sobrevivência e, enfim, é um momento humanístico que vai, com toda certeza, remodelar o pensamento ocidental. O Onda Azul tem um sentido político, cultural, de evolução científica importante.

Classe: O Onda Azul tem, também, o sentido de questionar as políticas dos sucessivos governos no que tange à ecologia?

Belchior: O Onda Azul procura chamar a atenção para o litoral brasileiro, especificamente para o mar, que é um dos pontos-chave da situação geográfica do Brasil. Então, o Onda Azul está se detendo no fato de o mar do Brasil ser extremamente extenso e estar sendo poluído. Fundamentalmente o Onda Azul alerta para o fato de o mar estar abandonado, apodrecendo, representando, em vez de fator de vida, fator de morte para diversas populações. É, afinal, um fator de empobrecimento. Está servindo como um sinal marcante de que a evolução científica, cultural e tecnológica está marcada por um descompasso no que diz respeito à preservação da natureza.

Classe: Qual o nível de engajamento dos artistas e outros segmentos da sociedade nesta luta?

Belchior: Há, da parte do Gil, o desejo de que o movimento seja parlamentar. Não digo partidário, mas que seja em nível das Câmaras, parlamentos, em nível de pessoas que, programaticamente, fazem parte da política. O grande interesse inicial é de que o movimento seja feito com essa representatividade. É natural que isso é algo tão popular e interessante para a comunidade, que o movimento tem como objetivo a participação total da comunidade, na gerência de seus interesses e através da formação de metas efetivas a respeito da preservação.

Classe: Parece que há reticências da parte dos artistas em participar da política mais geral. O que falta para estimular essa participação?

Belchior: Com a redemocratização do país, houve a explicitação dos lugares ideológicos, políticos e partidários, onde estavam situadas as pessoas que fazem parte do meio artístico. Então, o fato de você poder se expressar de uma forma mais livre do que anteriormente mostrou os diversos interesses culturais que têm as pessoas do meio e abriu possibilidades para que as pessoas interessadas, engajadas, pudessem tomar os seus caminhos. Do meu ponto de vista, eu acho que os artistas em geral sempre tiveram uma participação muito intensa em projetos suprapartidários, ou em causas que eram humanistas ou referentes às reivindicações gerais do povo brasileiro — eleições diretas, Constituinte, libertação de presos políticos, legalização dos partidos clandestinos, todas essas coisas que foram bandeiras em que a maior parte dos artistas esteve engajada. São coisas que, depois da redemocratização do país, foram mais ou menos resolvidas, vamos dizer assim. Agora, se está exigindo um novo tipo de participação, um novonível de compromisso. E algumas pessoas querem ou não

Belchior

“Amor e revolução são os temas que mais me atraem”

Miguel Lucena* e Tico Pinto**

O cantor e compositor Belchior fala, nesta entrevista exclusiva à Classe Operária, sobre sua carreira, a música brasileira, a sucessão presidencial, a arte e o projeto “Onda Azul” — idealizado por Gilberto Gil e lançado em um seminário coordenado pelo vereador Javier Alfaya, do PCdoB, em Salvador.

participar disso. Particularmente eu tenho interesse em participar disso, como continuidade do meu espírito de estudante. Sou uma pessoa com espírito juvenil, adolescente, de estudante universitário. Então, o meu interesse pela política não é nem partidário. Eu não quero ser candidato. Eu cultivo a política como exercício de cidadania, de contemporaneidade, de cidadania culta. O cidadão culto, o homem do seu tempo participa da vida política por exigência de sua própria educação, do seu modo de relacionamento com o mundo que está à sua frente e como reação culta aos acontecimentos do ambiente.

Classe: Dizia-se, em tom de blague, que a esquerda não se unia nem na cadeia. Agora, foi formada a Frente Brasil Popular, com PT, PCdoB, PSB e a candidatura do Lula para presidente. Como você vê essa iniciativa?

Belchior: Eu jamais poderia concordar com quem diz que a esquerda não se une. Episodicamente, a esquerda tem feito isso. Quer dizer, não tem, ao longo da his-

tória mais recente do Brasil, se unido em momentos históricos que eram realmente decisivos. Por exemplo, se em algumas situações históricas do Brasil a esquerda tivesse se unido, a história não teria permitido o crescimento tão avassalador da direita como a gente vê hoje. Este é um ponto. Outro coisa: como eu sou um eleitor crítico, que tem uma observação muito aguda sobre essa mobilização das esquerdas, eu acho que seria importantíssimo, no momento, uma união total da esquerda. A tendência que há com essa unidade é o fato novo, admirável no sentido de que merece todo apoio, toda admiração. Eu acho que só no momento em que os interesses maiores, não só os partidários, mas os interesses históricos, da contemporaneidade, conseguem unir em torno de si as esquerdas, é que vai ser o momento precioso e decisivo. Tenho o maior interesse pela Frente Brasil, que já está formada, mas acho-a ainda tímida. Poderia e deveria ser uma coisa ainda maior. Digo tímida porque para mim, como eleitor, eu estaria muito mais à vontade se a Frente Brasil Popular fosse ainda mais ampla.

Classe: Qual o perfil do seu candidato presidente?

Belchior: Tem que ser uma pessoa que prefira definitivamente um Brasil moderno, que queira colocar o Brasil no rol de países civilizados. Eu sou um intelectual ocidental, no sentido de preferir a racionalidade, por exemplo. O perfil do meu presidente ideal seria uma opção definitiva pela modernidade, pela contemporaneidade, pela cultura e pela civilização contra a violência e a barbárie. Uma grande ameaça no belo é o barbarismo, sabe? O arcaísmo, do ponto de vista tecnológico, e o barbarismo no sentido da opção pela violência. É nesse sentido que o presidente deve ter esse traço fundamental, a opção pela cultura, pela civilização e pela modernidade.

Classe: Como você vê a política no Brasil de hoje?

Belchior: Você percebe uma dissociação muito grande entre as elites políticas (votar os políticos no fogo, porque a política está sendo feita como se não tivesse nada como o povo) e o povo. É tão profundo esse fosso, essa separação, que a gente pode dizer tranquilamente que os políticos estão acabando com o país. Embora a gente saiba, por formação cultural que a política, bem ou mal, é quem resolve os problemas. Então a gente tem que no meio dessa miséria intelectual que a gente vive, saber que os problemas são resolvidos pela política. Claro que um país atrasado como o Brasil, com esse índice de pauperização — não é só da miséria estatística, mas da miséria que está se acrescentando cada vez mais, por causa da iniquidade política brasileira — leva o leitor a crer que tem que haver uma mudança total nos métodos, nas práticas políticas na participação do cidadão no destino da comunidade. É óbvio que não pode perdurar esse sistema que está sendo uma continuidade da ditadura. Eu acredito muito no binômio progresso (no sentido bem definido de progresso) e democracia.



CDM Meu novo disco é uma reflexão lírica, poética sobre a utopia brasileira

Classe: O que traduz seu novo disco “Elogio da loucura”?

Belchior: Esse novo disco não é nenhum tratado filosófico, nenhum tratado hist-

sobre o Brasil. Mas é uma reflexão lírica, poética, musical, dentro de um padrão típico da indústria cultural contemporânea, que tem como tema o som brasileiro, quer dizer, é a utopia brasileira. Ele chama justamente "Elogio da Loucura", loucura não numa referência ao artista a Erasmo de Rotterdan, mas a loucura entendida como foi definida na década de 60, pelo menos. Loucura como desejo de mudar as coisas, desejo de abandonar os velhos valores, de sair à procura de buscar o novo, mudança de hábitos, de costumes. Desejo de liberdade e aquilo que fez parte do ideário louco dos anos 60 e 70. Então, o disco faz um uso disso, que inclui não só a revelação de qualidades, mas também uma crítica, aquilo que foi aventura, que foi conquista, decepção, peripécia, bloqueio. Isso aparece no disco, como canção de amor, como canção de escárnio. O disco poderia se chamar, por exemplo, "Amor e revolução", "Paixão e anarquia"... São estes os dois temas que mais atraem, que são a mudança, a transformação e amor no meio de tudo isso — visto como paixão, como volúpia de transformação, pelo desejo que as coisas sejam o que podem ser.

Classe: *Você, Fagner e o Ednardo iniciam a carreira em festivais universitários em Fortaleza e outras cidades. Esses festivais não fazem falta?*

Belchior: Sou favorável a todos os eventos em que a música popular brasileira possa ressoar. Acho que faz falta música popular no rádio, na TV, no show, na conversa de bar. Faço parte de uma geração para quem a música popular brasileira foi um evento poético e cultural de alta importância, que baseou, durante esse tempo, os acontecimentos da música nacional. Ela serviu de pano de fundo para moldura para diversos acontecimentos importantes, e serviu de veículo para novas idéias, novos sentimentos, novas emoções. Eu não posso me conformar com uma música popular medíocre, sem interesse poético, sem interesse pela novidade, com uma música que quer simplesmente ser caça-níquel. Não me interessa. Sou um artista típico, guardo ainda um romantismo, esse lado romântico da música, do desejo de libertação individual e coletiva. Pela arte, a gente sabe que isso não é possível. A gente sabe que foi a "Marselhesa" que fez a Revolução Francesa. Que homens e mundos são moldados pelas armas e os barões estrela-ram. Mas eu tenho esse lado ingênuo, romântico, de que a arte pode ser um veículo importante.

Classe: *Como anda a nossa música em 1989?*

Belchior: É bom que eu diga aqui que o desejo de minha geração de cearenses, de exemplo, foi pela modernidade. Se o mérito pode ser atribuído ao que nós temos, foi o fato de nós desprovinciar-nos a nossa cidade, de tentarmos apreender uma nova face da nossa cidade, de integrar o Ceará na cultura nacional através da música e de, vamos dizer assim, participar ativamente da insuflação de uma linguagem nova na música popular, que pode ser identificada como nordestina e contemporânea. Uma linguagem não só adequada aos meios de comunicação, como também filha deles. Então, isso é uma coisa que se faz ao longo do tempo, com muitas pessoas, com riqueza — no sentido de você ter que ter estas geniais, genuínos, para que um projeto desse possa ser cumprido. No nosso caso, aconteceu. É importante dizer isso. Em diversos Estados, principalmente no Nordeste (e isso vale uma honra e uma glória para nossa gente), esse desejo de modernidade se manifestou de uma forma mais intensa, mais fecunda, mais

heróica, com a turma da Bahia, da Paraíba, de Pernambuco, do Ceará. Então, identificados esses aspectos de nordestinidade contemporânea, você teria, com isso, a face nova da música popular brasileira que, há 25 anos, vive sob o signo do Nordeste, seja do tradicional ou do contemporâneo. Agora, com o surgimento do rock (teve a bossa-nova, com raízes baianas bastante conhecidas mas era uma música típica da metrópole, do Rio de Janeiro), é que tivemos uma música de novo tipo, da metrópole. Do final da década de 50 até agora, a música popular vive sob o signo da nordestinidade, contemporânea ou tradicional.

Temos que vencer a idéia de que a arte de melhor qualidade é a que vende mais

Classe: *Quem influenciou Belchior?*

Belchior: Luiz Gonzaga, Jackson do Pan-deiro, Cândido Mariano (eu estudei no convento de padres), cantadores e violeiros. Definitivamente, a música internacional, principalmente a negra, pelo seu balanço, pelo vigor. É como a música do Nordeste. Uma música de profundidade, de grito interior. Uma música libertária, como é o caso do blues. A música negra, que é uma música de libertação — como a de Bob Dylan — e a música tradicional do Brasil são as minhas raízes, origens e modelos.

Classe: *Como acontece o boicote dos meios de comunicação aos artistas que se engajam na luta do povo e cantam as coisas da terra?*

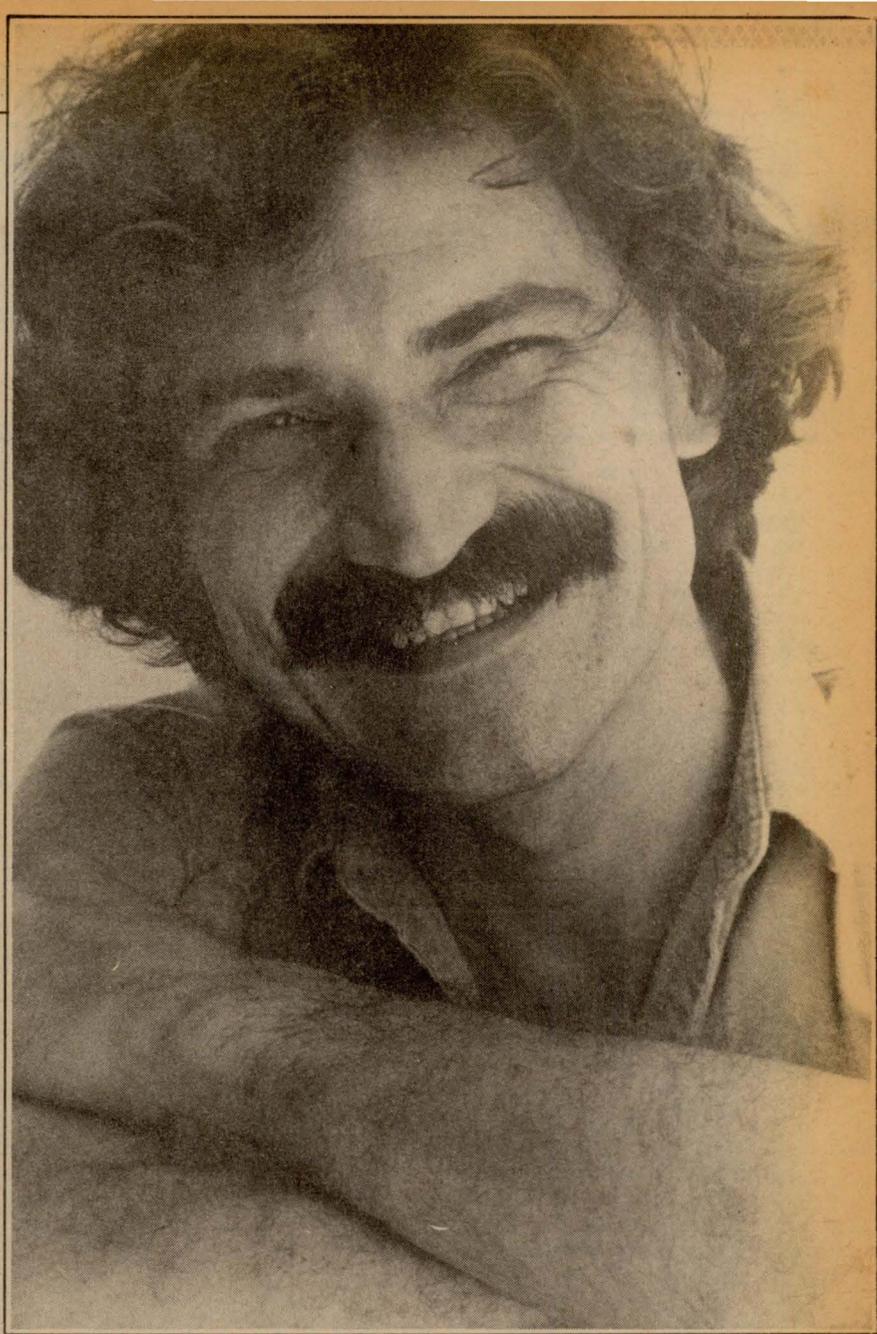
Belchior: O fenômeno da mídia — da comunicação — é um fenômeno econômico. Os jornalistas sabem que a produção de música, de arte, no mundo contemporâneo faz parte da indústria cultural. O grande dilema do artista engajado, interessado — vamos dizer assim —, do artista culto, contemporâneo, é encontrar o seu caminho no meio disso, para fazer com que seu trabalho possa percorrer esses meandros numa forma que defino como escrever certo sobre linhas tortas. Então o projeto novo seria você estabelecer uma política nova para as comunicações, restaurar a comunicação não só dentro de uma visão de concessão comunitária, estando portanto a serviço do povo (e não de manipulação, de utilização interesseira), mas de uma comunicação livre. Nós temos que vencer a falsa pressuposição de que a música, a arte de melhor qualidade, é aquela que vende mais. Precisamos vencer essa discriminação que trata a arte como um produto puro e simples. A arte é um produto simples, mas de outra ordem. Eu não faço parte das pessoas que acreditam que os produtos artísticos são iguais aos produtos manufaturados.

Classe: *Artistas novos queixam-se de discriminação das gravadoras...*

Belchior: Eu tenho outra versão sobre isso. Eu acho que uma multinacional, uma companhia de disco, tem tal know-how e tal refinamento no seu capitalismo, que ela se interessa por tudo que possa ser vendido. E a discriminação que a gravadora faz contra o artista não é pela sua qualidade estética. É pela sua qualidade ou não qualidade econômica. Qualquer artista, de qualquer qualidade, será aceito e vendido numa companhia desde que ele seja visto como possível de se transformar em objeto vendável. Então, a discriminação não é via projeto artístico, não é via projeto estético. É via vendabilidade ou não.

Classe: *O novo rock vem causando polêmica. Há quem diga que ele surgiu como instrumento para secundarizar o valor da música popular brasileira. E há quem o*

"Acho que faz falta música brasileira no rádio, na TV, no show, na conversa de bar. A música serviu de veículo para novas idéias."



defenda, por ser de protesto e contribuir para a elevação do nível de participação política da juventude. O que você acha?

Belchior: Estou com a segunda parte da pergunta. Eu acho o rock uma forma musical de rebeldia, delinqüente, divergente, canal de expressão de larga faixa da população jovem urbana. É uma música de libertação na cidade grande. Não tem nada a ver dizer-se que o rock está aí para impedir o crescimento da música nacional. Eu acho até que o rock veio enriquecer a música nacional, veio trocar força, viver a energia da música tradicional e resultar em objetos terceiros importantes do ponto de vista de uma síntese artística. Principalmente porque o rock, na sua origem, na sua raiz, é uma música de libertação do corpo e do espírito. Eu me interesso pelo rock como linguagem subversiva, transmissora. Nesse aspecto, não pode ser minimizado, nem pelos teóricos de comunicação, nem pelos políticos, nem pelas pessoas que observam o rock sem levar em conta esses aspectos.

Tenho uma audição amorosa da música brasileira. Sou um profissional amador.

Classe: *Como você classifica a atual fase da MPB?*

Belchior: Eu tenho uma audição amorosa da música brasileira. Sou apaixonado por ela. Sou um profissional amador. Amo a minha profissão, amo o que eu faço e, como dizia o Erick Saty, "viva os amadores", ou seja, aqueles que ainda gostam de amar o que fazem. Eu respeito profundamente todos os profissionais da área, os artistas que vêm colocando a sua vida, o seu talento, o seu trabalho em todos esses projetos incríveis de fazer com que a música brasileira seja expressão da cultura

nacional, um veículo de comunicação dos esperançosos do povo, do sentimento, da linguagem do povo. Eu ouço a música brasileira com uma frequência muito grande, pelo interesse profissional e com um amor muito profundo, que vai de uma música folclórica até o rock popular brasileiro.

Classe: *Você acha que os compositores que cantam inibem o aparecimento de novos cantores?*

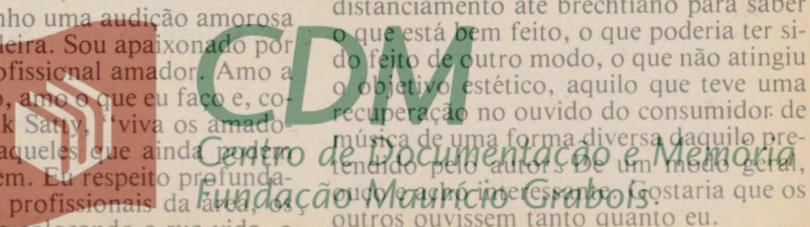
Belchior: Olha, a arte não inibe a arte nunca. Quer dizer, o fato de um compositor cantar suas músicas nunca há de inibir o surgimento dos intérpretes. Basta que os intérpretes apareçam para cantar as canções que são produzidas. Essa é uma visão até um pouco mesquinha da evolução da arte, porque naturalmente os compositores fazem as suas músicas para serem cantadas por quem está habilitado a fazer isto. Às vezes, o compositor faz um tipo de trabalho que criativamente é importante e que, às vezes, o intérprete não consegue interpretar aquilo. Particularmente, eu gostaria de gravar o meu próprio disco de composição, todas elas já gravadas pelos grandes intérpretes da música popular.

Classe: *Belchior ouve Belchior?*

Belchior: Ouço e gosto de uma boa parte do trabalho feito. Ouço de uma forma mais crítica que os meus críticos mais radicais. E quando ouço, faço-o com um distanciamento até brechtiano para saber o que está bem feito, o que poderia ter sido feito de outro modo, o que não atingiu o objetivo estético, aquilo que teve uma recuperação no ouvido do consumidor de música de uma forma diversa daquilo pretendido pelo autor. De um modo geral, eu não gosto. Mas eu gostaria que os outros ouvissem tanto quanto eu.

*Jornalista

**radialista, na Paraíba



PRÓ-ÁLCOOL

Um programa contra o Brasil

Quinze anos após o lançamento do Pró-álcool, trabalhos científicos relevantes contestam os argumentos favoráveis à existência do plano, demonstram que ele reforça algumas das características mais retrógradas do modelo econômico imposto ao país e explicam por que ao invés de facilitar ele está inviabilizando a auto-suficiência nacional em combustíveis.

Antonio Martins

Durante 14 anos — de 1974 a 1988 — a sociedade brasileira foi acalentada ao som de um mito: o mito do sucesso da cana-de-açúcar e de seu derivado, o álcool, como substitutos do petróleo importado, e como produtos capazes de promover a almejada auto-suficiência do país em combustíveis.

Três presidentes ocuparam o Palácio do Planalto, ao longo de um período marcado por crises e mudanças políticas. O regime militar esgotou-se e foi substituído pela “Nova República”, que despertou primeiro a esperança e depois a desilusão do povo. E no entanto o Plano Nacional do Álcool, que promoveu o incremento formidável da produção alcooleira foi visto, sistematicamente, inclusive por setores do movimento popular e da intelectualidade progressista, como algo importante para a soberania nacional.

Programa sobreviveu a três governos, e ao fim da ditadura

Falava-se que ele havia possibilitado a economia de bilhões de dólares em divisas, e de quebra suscitara um grande avanço tecnológico. Acalentando esta autêntica corrente de otimismo fácil, o presidente da Associação de Produtores de Açúcar e Álcool de São Paulo (Sopral), Sérgio Luiz Coutinho Nogueira, chegou a declarar, num seminário promovido por sua entidade, em 1982: “Tornou-se essencial e oportuno demonstrar a todos os setores da sociedade brasileira que o Brasil já encontrou a solução para suas dificuldades em relação ao petróleo.”

Eis que repentinamente, em 1989, todos estes sonhos grandiosos pareceram desabar como um castelo de cartas. No início de maio o álcool sumiu de todos os postos de abastecimento em várias capitais do país. Em Brasília a escassez prolongou-se por 15 dias. E no dia 19 de julho quando, diante de uma nova ameaça de sumiço do combustível, a imprensa

procurou o diretor comercial da Petrobrás, Renato Silveira, em busca de palavras tranquilizadoras, ele resumiu-se a recomendar aos proprietários de carros a álcool que “poupe-se” o líquido precioso. A grande imprensa se interessou pelo tema, e a revista “Veja” chegou a dedicar a ele, em 29/5, sua capa e nada menos que doze páginas internas.

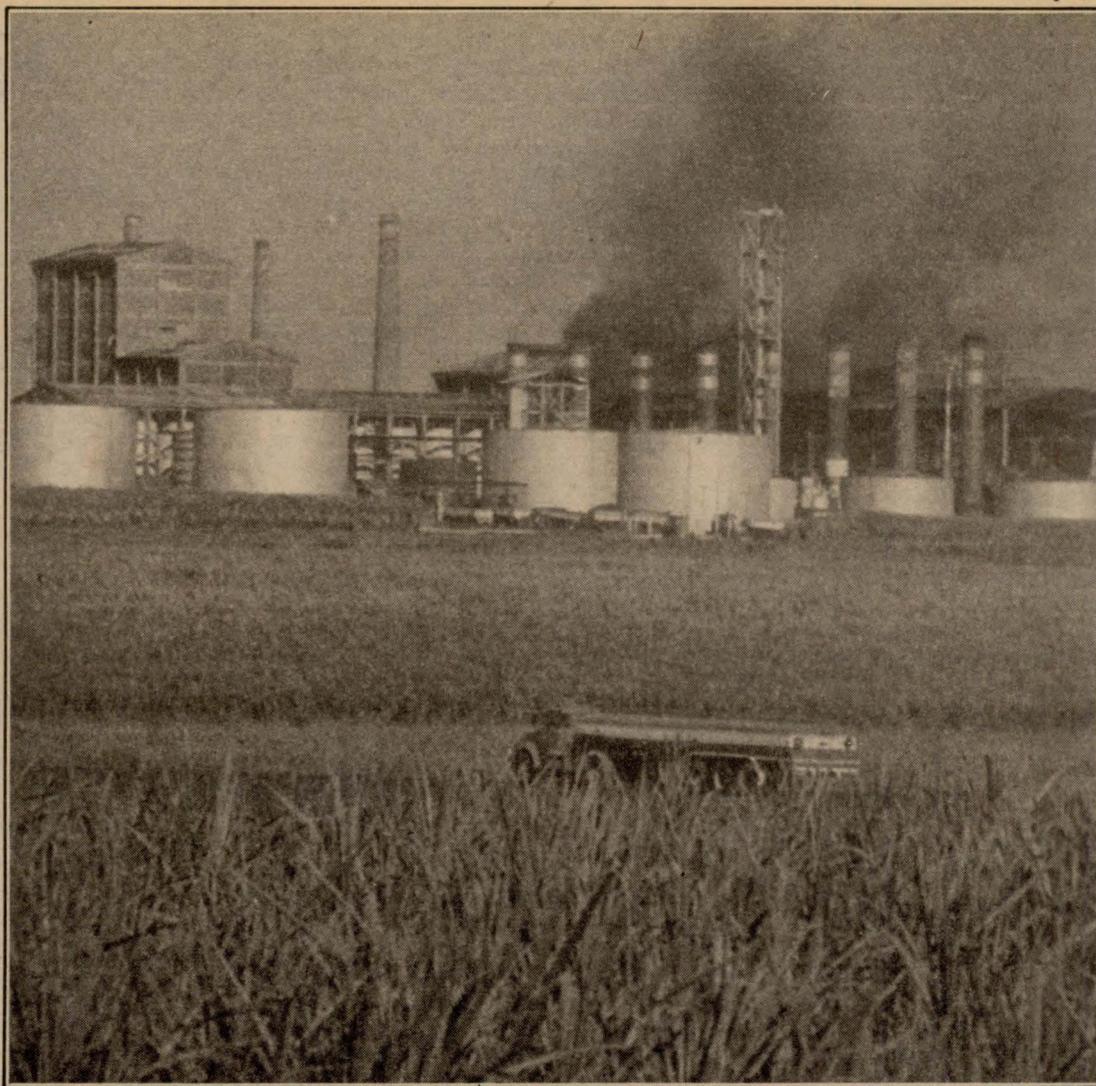
Quando veio a crise, avaliação da imprensa foi superficial

Contudo “Veja”, assim como todos os jornais diários, evitou quanto pôde ir às causas do problema. Quem lê as matérias publicadas por ela fica com a nítida impressão de que a crise é resultado de um simples problema de cálculo das autoridades. Uma das declarações mais destacadas no texto é a de Werther Annichino, presidente da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool de S. Paulo (Copersucar). Para ele, “o desabastecimento é fruto da total falta de planejamento do governo”.

Felizmente a gravidade do assunto abriu espaço também para que pudesse circular mais amplamente um outro tipo de interpretação — por exemplo, um conjunto de teses até agora sustentadas por um pequeno punhado de cientistas, e relegadas a segundo plano.

Cientistas e ativistas sindicais procuram explicações precisas

Cada uma destas teses tem grande impacto. Elas sugerem em primeiro lugar que desde o início o Pró-álcool teve objetivos muito menos nacionalistas que a propalada “economia de divisas”. Demonstram que ele promoveu intensa concentração fundiária nas regiões em que foi adotado e ampliou o poder de pressão dos grandes fazendeiros sobre a sociedade. Esclarecem que sempre limitou-se a tentar resolver as dificuldades enfrentadas para garantir o abastecimento de uma modalidade de combustível. a



Usina de cana em S. Paulo. Favorecido com dinheiro público, um punhado de usineiros controla a produção nacional de álcool.

que movimentava o transporte rodoviário e individual. Desmentem as alegações acerca de avanços tecnológicos significativos e dos ganhos ambientais que teriam sido alcançados com o programa. E finalmente, concluem que o Pró-álcool, apresentado à população como um programa capaz de garantir a auto-suficiência nacional em combustíveis acabou constituindo-se paradoxalmente num dos principais obstáculos à consecução deste objetivo.

Pelo menos dois grupos independentes de estudiosos chegaram a estas conclusões. Em S. Paulo, reuniu-se há alguns anos, sob coordenação do professor Tamás Szmrecsányi, uma equipe de cientistas dedicados especificamente ao estudo do tema. Eles chegaram a compor, durante o governo Montoro, o “Grupo de Análise do Álcool” do Conselho Estadual de Energia. No Rio, o engenheiro Roldão Simas Filho, diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), travava seguidas discussões com seus companheiros de diretoria, procurando alertá-los para os prejuízos crescentes e incontornáveis que seriam causados à estatal pelo prosseguimento do programa.

Objetivo real do plano seria financiar usinas de açúcar

Dois dos membros da equipe do professor Tamás, Eduardo Moreira e Alceu Ve-

ga Filho, são os principais defensores da posição segundo a qual o Pró-álcool teve sempre objetivos reais muito diferentes dos apresentados à população para justificá-lo. Eduardo Moreira trata do assunto em detalhes em sua tese de mestrado apresentada e aprovada este ano, na Universidade de Campinas. Ele procura demonstrar que o programa visava na verdade resolver uma crise que ameaçava, no início da década de 70, castigar duramente as grandes usinas de açúcar. E mostra que ele transferiu a um pequeno grupo de milionários do campo enormes somas de recursos públicos.

A partir do início da década de 60, conta Eduardo, órgãos do governo brasileiro lançaram quatro sucessivos planos de desenvolvimento das lavouras de cana e da indústria de açúcar. Através de créditos abundantes e baratos aos produtores, eles visavam melhorar a produtividade do setor, estimular o surgimento de usinas grandes e eficientes e finalmente conseguir um incremento importante na produção nacional de açúcar. Um dos objetivos do plano era promover a penetração do açúcar brasileiro no mercado mundial. O governo julgava que havia condições propícias para isso, principalmente porque em 1960 o bloqueio comercial dos EUA à revolução cubana impedira os americanos de continuar comprando açúcar de Cuba.

De fato a porcentagem de açúcar brasileiro exportado passou de 21% do total produ-

zido no país, na década de 60, para 50%, em média, entre 1971 e 73. Precisamente neste ano, contudo, uma crise internacional nos preços do produto transformou a própria exportação num mau negócio. Endividados pelos investimentos dos anos anteriores, e produzindo volumes que não encontravam escoamento no mercado interno, os usineiros viram-se diante do fantasma da quebraadeira geral.

Primeira proposta foi apresentada por líderes rurais

Surpreendentemente, a saída para esta ameaça seria encontrada por eles nas dificuldades vividas pelo país em consequência de uma outra crise internacional: a escassez e a alta repentina dos preços de petróleo, matéria-prima fundamental ao desenvolvimento do país, mas cuja produção interna alcançava na época apenas 15% das necessidades de consumo.

Em 1974 a Associgás, entidade que tinha em sua direção elementos nitidamente identificados com os produtores de cana e açúcar, enviou ao Conselho Nacional de Petróleo o estudo “Fotossíntese como fonte energética”, em que pela primeira vez se propõe a utilização do álcool como substituto do gásolina.

O documento disparou uma série de contatos e articulações, que em novembro de 1975 culminam com a edição

do decreto número 76.953. Ele cria o Plano Nacional de Álcool, ou simplesmente Pró-álcool, ou simplesmente Pró-álcool, como depois ficou conhecido. E abre a possibilidade para que os investimentos realizados nos anos anteriores pelos usineiros sejam empregados não para produzir açúcar, que não encontra saída no mercado internacional, mas sim álcool, que vai poder ser consumido em larga escala dentro do país. A partir de 1974 a exportação de açúcar, como se previa, cai novamente para cerca de 25% do total produzido. Para compensar, a fabricação de álcool será em 1986 vinte vezes superior ao patamar alcançado dez anos antes.

Com o mercado do açúcar em crise, idéia era optar por álcool

O mais fantástico, entretanto, é que, além de salvar os usineiros da falência, o Pró-álcool vai permitir que eles obtenham, através de benefícios de todo tipo concedidos pelo poder público, ganhos nunca antes suspeitados. O programa previa, desde seu início, duas fases distintas. Na primeira, que durou de 1975 a 79, o objetivo foi ampliar gradualmente, de 5 para 20%, a porcentagem de álcool anidro (sem água) misturado à gasolina vendida aos consumidores. A segunda, que começa em 79, visava além disso substituir uma parcela dos veículos a gasolina por carros novos, movidos inteiramente a álcool.

Para que os usineiros se parassem para atender aos ní-

veis crescentes de consumo de álcool, o programa lhes oferecia uma gama inimaginável de incentivos. Até 1978, o governo se comprometia a financiar 100% dos investimentos feitos na adaptação da usina, originalmente construída para produzir açúcar, na modernização da lavoura e até mesmo na compra de caminhões e outros equipamentos de transporte. O pagamento do empréstimo só começava a ser feito após três anos de carência. Além disso, os juros variavam entre 7 e 15% ao ano e as operações estavam inteiramente isentas de correção monetária.

Juros de graça, e 3 anos de carência para ajudar magnatas

A partir de 1979 houve uma revisão nos planos iniciais e os empréstimos tornaram-se um pouco menos favorecidos. Mesmo assim, um estudo feito por outros dois integrantes do Grupo de Análise do Álcool, Paulo Davidoff e Pedro Bacarin, demonstrou que os contratos eram tão vantajosos para os usineiros que do total de recursos obtidos junto às agências governamentais apenas 14% eram efetivamente devolvidos ao Estado através das amortizações.

E quem foram os beneficiários desta autêntica distribuição a rodo de dinheiro público? A resposta pode ser encontrada mais uma vez no estudo de Eduardo Moreira. Ele mostra que a produção de cana e de seus derivados é uma atividade que por exigir escala acabou concentrada nas mãos de algumas dezenas de usineiros

— exatamente 150, no Estado de S. Paulo. E que mesmo entre este grupo reduzido controla a parte significativa da produção. Em 1988, por exemplo, os oito maiores produtores eram responsáveis por 37,24% do álcool fabricado no Estado; os quatro maiores responsabilizavam-se por 26,16% da produção; e somente os diversos ramos da família Ometto, proprietários ao todo de oito usinas, fabricavam 20,41% do álcool gerado em São Paulo.

Os fantásticos ganhos propiciados por tantas facilidades acabaram transformando a zona rural do Estado num gigantesco canavial, como apontou o professor Alceu Veiga Filho. Ao final da safra de 1972-73, após uma década de incentivos à produção, a área ocupada pela cana-de-açúcar atingia 740 mil hectares. O Pró-álcool elevou este número a patamares ainda mais expressivos, de tal modo que em 1985-86, 2,031 milhões de hectares, ou trinta por cento da área cultivável, já estavam plantados com cana — um aumento de quase 200% em treze anos.

Cultivo de alimentos é extinto, para dar lugar à cana

Em grande parte, as lavouras erradicadas para dar lugar ao novo deus da agricultura foram as destinadas ao consumo interno. Na região de Ribeirão Preto, que segundo a revista "Veja" produz 58,3% do álcool fabricado no país, 32,23% da área dos novos canaviais eram ocupados ante-

riormente com cultivos destinados ao mercado interno. O índice chega a 19,9% na região de Bauru-Marília e a 18,21% na de Campinas. As culturas que mais perderam foram as de arroz, milho, feijão e mandioca.

No plano social surge uma legião de bóias-frias

No terreno social os problemas não foram menores. A redução da área destinada a outros cultivos expulsou da zona rural os trabalhadores empregados neles. O pior é que a cana emprega mão-de-obra de forma desigual ao longo do ano — muito na época da colheita e quase nada nos demais períodos. Sua supremacia acabou levando ao surgimento de legiões de trabalhadores-volantes, os tão famosos bóias-frias, que moram nas periferias das cidades e sobrevivem de biscates nos períodos de entressafra.

Embora reconheçam todos estes problemas, certos defensores do Pró-álcool costumam argumentar que ao menos ele permitiu um grande desenvolvimento tecnológico da agroindústria nacional, dando margem ao aparecimento de métodos de cultivo e de extração do álcool significativamente melhores e colocando o país na dianteira tecnológica do setor. Outra falácia. Em quase todas as etapas da produção sucro-alcóoleira os processos empregados no Brasil ainda estão atrás dos praticados em outras partes do mundo.

Assim, a tonelagem obtida

por hectare plantado é muito maior na Austrália e na África do Sul que em nosso país. Ainda adotamos o corte manual, enquanto em nações como Cuba quase toda a cana já é extraída por colheitadeiras mecânicas. E a obtenção da sacrose, etapa fundamental do processo industrial de fabricação tanto de açúcar quanto de álcool, ainda é feita aqui através do sistema de moendas, enquanto em outras regiões faz-se por meio de difusores, com aumento sensível do aproveitamento da planta.

Basta a simples visualização das estatísticas calculadas pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas da USP para verificar que os ganhos tecnológicos alcançados a partir do Pró-álcool são medíocres. O rendimento agrícola da cana inclusive caiu, passando de 76,58 toneladas por hectare em 77/78 para 75,41 toneladas por hectare em 84-85. O rendimento industrial cresceu menos de 10%: de 71,5 para 77,42 litros por tonelada no mesmo período. E o rendimento global apresentou resultado ainda menos expressivo. Em 1977-78 era de 5.499 litros por hectare. Em 1984-85, depois de os usineiros terem abarrotado os bolsos com dinheiro público supostamente destinado à melhora tecnológica em todas as fases do cultivo, o rendimento passara para modestos 5.841 litros por hectare. O ganho de produtividade fora inferior a 7%.

Depois de conhecer os resultados amplamente negativos do Pró-álcool na área agrícola falta saber quais foram seus efeitos na luta pela conquista da auto-suficiência nacional em combustíveis.

Cristina Villares



Revolta de bóias-frias. Apesar dos lucros fabulosos, condições de trabalho são revoltantes.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

PRÓ-ÁLCOOL

O conto da auto-suficiência

Uma parte importante dos defensores do Pró-álcool apóia o programa por acreditar que ele pelo menos aliviou a dependência do país em relação ao petróleo importado. A análise séria do assunto mostra que esta crença também não é verdadeira.

Os cálculos mais conservadores afirmam que os subsídios e incentivos oferecidos pelo Pró-álcool custaram à sociedade brasileira 6 bilhões de dólares. Os usineiros, como já se viu, beneficiaram-se fartamente desses recursos. Mas seria uma simplificação descabida supor que a força política e as pressões desencadeadas por eles foram capazes sozinhas de levar o país a adotar o programa. Para pôr em andamento o plano, que implicou em ajustes não desprezíveis na economia e nos próprios hábitos de consumo, era preciso que a sociedade brasileira estivesse convencida de que as somas aplicadas no Pró-álcool reverteriam em benefícios e conquistas decisiva para o próprio desenvolvimento do país.

E a sociedade acreditou, de fato, que o incremento da produção de álcool resultaria em economia importante de divisas, e que acima de tudo minimizaria a dependência do Brasil em relação ao petróleo importado, e aos combustíveis a partir dele produzidos.

O início do Pró-álcool coincide com a eclosão de primeiro grande choque nos preços do petróleo em 1973-74. Depois de permanecerem estagnados ou em queda por décadas a fio os preços internacionais do combustível tiveram aumento superior a 400%. O Brasil dependia da importação para 85% de suas necessidades de consumo de óleo. A alta dos preços provocou forte abalo na balança comercial, que passou a acusar pesados déficits. A busca de sucedâneos que pudessem substituir as importações petrolíferas passou a ser feita ansiosamente. E o Pró-álcool foi apresentado como a alternativa mais viável.

Pró-álcool nunca economizou petróleo, apenas gasolina

Desde cedo ativistas ligados ao funcionalismo da Petrobrás, como o engenheiro Roldão Simas, de Associação dos Engenheiros da Estatal (Aepet), contestaram, ainda que empiricamente, a tese da substituição. E em 1987, com a publicação do trabalho mais importante da equipe coordenada pelo professor Tomás Szmerecsányi — a “Pesquisa de mercado do álcool de cana produzido no Estado de São Paulo” — surgiram argumentos teóricos irrefutáveis para

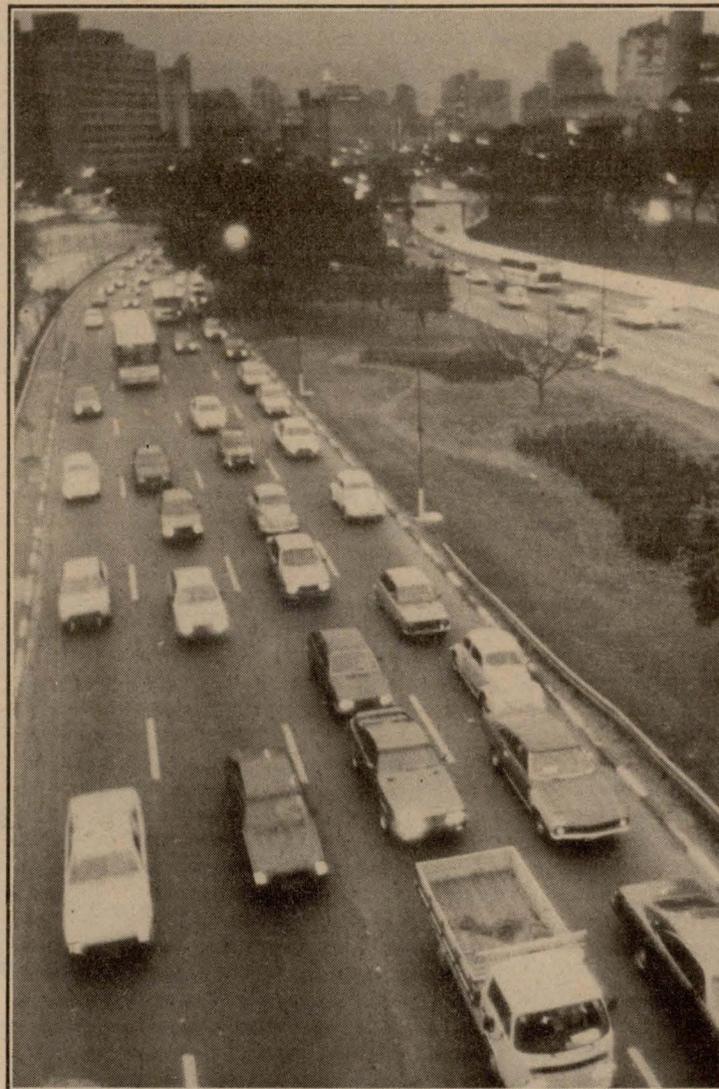
demonstrar a falácia da solução alcooleira.

Os trabalhos de Roldão e os do Grupo de Análise e do Álcool da Comissão Estadual de Energia de São Paulo partem de uma constatação aparentemente banal. Eles lembram que ao contrário do que a população se acostumou a pensar o Pró-álcool **jamaiz** foi uma alternativa capaz de trazer a independência energética. E isso porque ele não substituiu **petróleo**, mas apenas **um** de seus derivados, a **gasolina**. E a gasolina, ou seu sucedâneo, representava antes do Pró-álcool e continuou a representar depois apenas 25%, em média, do consumo nacional de petróleo.

Diga-se de passagem que estes 25% são a parcela do consumo de óleo que mais facilmente poderia ser **comprimida** sem grandes traumas para o desenvolvimento do país. Ao contrário do diesel, que movimenta todo o transporte coletivo, do gás engarrafado, que é um item da cesta básica de consumo popular, ou da nafta, que é matéria-prima básica da indústria petroquímica, a gasolina é utilizada exclusivamente no Brasil para fazer rodar a frota de automóveis particulares, de que faz uso uma parcela **minoritária** da população, com notável propensão ao desperdício, aliás. Mais que um produto essencial ao desenvolvimento do país, portanto, a gasolina pesa nas decisões políticas por ser essencial para continuar movimentando um dos pilares e símbolos maiores do modelo econômico adotado no Brasil nas últimas décadas: a **indústria automobilística**.

Combustível sobra, e é vendido no exterior a preços aviltados

O mais grave é que além disso a estrutura de refino exige que se mantenha proporções mais ou menos fixas entre a quantidade de cada derivado extraído do petróleo. Não é possível, por exemplo, reduzir a produção de gasolina e aumentar ao mesmo tempo a de óleo diesel e gás de cozinha. Os processos tecnológicos disponíveis no mundo não permitem tal façanha. Por isso, embora tenha havido uma significativa queda no consumo nacional da gasolina a partir de 1979 **jamaiz** houve declínio importante no consumo de petróleo no país. Consumimos 1,12 milhão



Ao preocupar-se exclusivamente com o suprimento de um dos derivados do petróleo, a gasolina, o pró-álcool reforçou um modelo apoiado no transporte rodoviário e individual.

de barris de óleo por dia em 79, quando começou a substituição da gasolina por álcool hidratado. Reduzimos o consumo para um mínimo de 1,018 milhão em 1983, inclusive devido à forte recessão verificada naquele ano. Já em 86, voltávamos a consumir 1,159 milhão de barris. A manutenção do consumo nos mesmos níveis era necessária proque continuamos consumindo, em quantidades aproximadamente iguais, os produtos que compõem **três** quartos do volume final de derivados de petróleo. A única diferença é que já não havia consumo para boa parte da gasolina produzida. Este excedente passou a ser vendido no mercado internacional, onde há poucos clientes e os preços em geral são aviltados. Além disso o principal comprador, os EUA, ameaça freqüentemente suspender as importações, sempre que deseja pressionar o Brasil a abrir seu mercado à entrada dos produtos americanos.

Programa destruiu estrutura de preços da Petrobrás

O pior de tudo, no entanto, é que o Pró-álcool acabaria

desmontando a estrutura de preços da Petrobrás. Paulatinamente ele se constituiu, junto com o endividamento externo, forçado e abusivo a que a empresa foi submetida, em causa de sucessivas crises financeiras. E foram estas crises que retardaram, e que continuam inviabilizando, os planos da estatal para alcançar a auto-suficiência nacional na produção de petróleo. É isso que veremos a seguir.

Os defensores do liberalismo costumam dizer que o mercado é o único instrumento capaz de determinar relações de preço entre os produtos nas sociedades humanas. Basta olhar para a indústria mundial do petróleo para perceber que mesmo no capitalismo esta afirmação não é inteiramente correta.

Isto porque em todos os lugares do mundo, inclusive no Brasil, o preço final dos derivados de óleo não é fixado apenas com base nos custos de produção ou nos mecanismos de oferta e procura, mas também a partir de decisões conscientes das sociedades. E amplamente fundado, por exemplo, que em quase todos os países o gás liquefeito é vendido por muito menos que a gasolina, embora seus custos de

produção sejam quase idênticos. Supõe-se que as finalidades a que ele se destina são mais relevantes, socialmente. E por isso restringe-se a “liberdade” dos proprietários de automóveis em empregá-lo em seus carros.

Em todo o mundo, preço de derivados é fixado politicamente

No caso brasileiro a estrutura de preços é ainda mais complexa. Além do gás liquefeito, de amplo consumo popular, também o óleo diesel é vendido por preços **inferiores** a seu custo de produção. Isso porque o diesel movimenta quase toda a frota de transporte coletivo de passageiros e de transporte de mercadorias.

Para compensar o **prejuízo** sofrido pela Petrobrás com estes e outros produtos é preciso que algum dos derivados de petróleo propicie **lucros** suplementares. Este derivado é a gasolina, precisamente por prestar-se apenas ao transporte individual. É justo que quem se dá ao luxo de andar de carro contribua para tornar um pouco menos extorsivas as passagens pagas pelos trabalhadores, por exemplo.

Perdas de 400 milhões de dólares ao ano na venda do álcool

Com a introdução do Pró-álcool a Petrobrás perdeu duplamente. A gasolina, combustível do qual ela dependia para obter margens de lucro satisfatórias, foi pouco a pouco sendo posta de lado pelos consumidores. E como desgraça pouca é bobagem a estatal ainda foi encarregada pelo governo de comercializar o álcool, operação que quase invariavelmente resultava em pesados prejuízos. Em 1988 o engenheiro Rodão Simas, da Aepet, calculou que só naquele ano as perdas chegariam a 400 milhões de dólares. Não estava computada aí a soma, certamente superior, que a Petrobrás **deixaria de ganhar** com a redução do mercado da gasolina.

A esta perda financeira irreparável somaram-se outros fatores, como a compressão geral dos preços das estatais, determinada pelo governo numa tentativa artificial de conter a inflação, e os custos do endividamento externo. Veremos agora como a conjunção destes problemas freou a execução de planos, que já estavam em andamento, e que poderiam conduzir não à auto-suficiência do país em gasolina, mas em petróleo.

Aguinaldo Zordenoni

PRÓ-ÁLCOOL

O grande tiro pela culatra

O lado patético de uma história trágica. Após um longo esforço de prospecção a Petrobrás adquiriu condições reais de assegurar a auto-suficiência nacional em petróleo. Ironicamente, o Pró-álcool é um dos fatores que impedem a concretização desta meta.

Quando os defensores do Pró-Álcool ficam sem argumentos para demonstrar que o programa traz vantagens reais ao conjunto da sociedade brasileira, eles costumam apelar para uma suposição que diz respeito ao futuro. Lembram que oscilações drásticas nos preços internacionais do petróleo são raras. Chegam a prever para breve uma alta dos atuais 17 para 30 ou até 50 dólares o barril. E concluem que este risco justifica que o Brasil e a Petrobrás percam dinheiro hoje, sustentando a substituição da gasolina pelo álcool para não serem pegos de surpresa amanhã, por uma elevação repentina da cotação do óleo.

Seria possível levantar inúmeros argumentos, de ordem estratégica, contra este raciocínio. Seria possível dizer, por exemplo, que o país não está condenado a possuir eternamente um sistema de transporte que se baseie no automóvel e que portanto exija amplo consumo de gasolina. Ou explicar que os elevados superávits comerciais que o país tem obtido, e que o Pró-álcool pretende preservar, só se justificam no âmbito de políticas econômicas voltadas para o pagamento da dívida externa, e não para satisfazer as necessidades do consumo e investimento interno.

Substituir importação por petróleo nacional, não por álcool

Mas é fácil demonstrar também que mesmo na hipótese perversa da manutensão por mais um prazo do atual modelo econômico a opção pelo álcool não se justifica. E isto por uma série de razões elementares. Porque há dados em abundância demonstrando que o país pode substituir petróleo importado por **petróleo nacional**, ao invés de álcool. Porque a Petrobrás chegou a iniciar, a partir de 1974, um plano de investimentos em prospecção que alcançou rapidamente resultados expressivos, e que permitia prever a obtenção da auto-suficiência em prazo relativamente curto. E, finalmente, porque basta uma simples consulta a estatísticas elementares para compreender que este objetivo apenas não foi alcançado ainda devido a crise financeira

que vitimou a empresa, causada entre outros motivos pela necessidade de sustentar o Pró-Álcool.

A história desta tentativa de alcançar a verdadeira autonomia nacional em petróleo e derivados, a princípio bem-sucedida e depois miseravelmente abortada, foi relatada à "Classe" pelos engenheiros Ricardo Maranhão, diretor de comunicações da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), e Ângelo Santos, ex-vice-presidente da entidade. A análise séria dos fatos é suficiente para desfazer as últimas dúvidas a respeito de quais devem ser as prioridades do país em sua luta para suprir as necessidades de combustíveis primários.

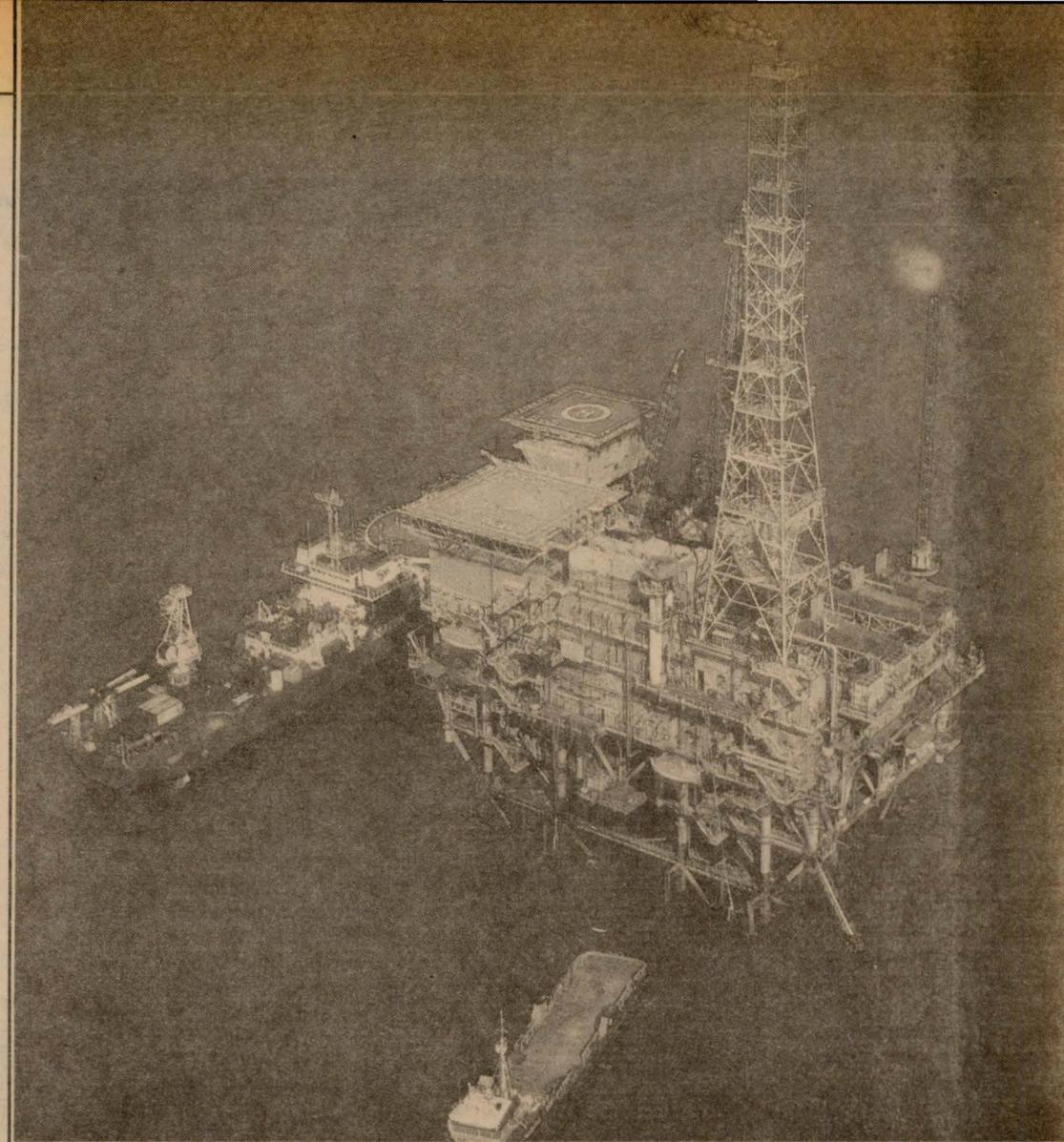
Até 74 investimentos em prospecção eram mínimos

A prospecção de petróleo em território brasileiro ficou relegada a segundo plano, no período que antecedeu a primeira crise do produto. Por saberem que os preços do óleo estavam baixos havia décadas, e por não terem percebido que esta situação de arrocho prolongado não podia durar para sempre, sucessivos governos militares descuidaram da pesquisa de novos campos petrolíferos, e preferiram concentrar esforços na construção de refinarias.

Quando os preços quadruplicaram, em 1974, ficou claro o prejuízo que o abandono da prospecção de jazidas causara ao país. A partir daquele ano as importações de petróleo passaram a consumir, sozinhas, aproximadamente 40% de todas as receitas geradas com exportações. Os riscos de uma deterioração prolongada na balança comercial tornaram-se evidentes.

Não restou outra alternativa a não ser voltar a investir na descoberta e na exploração de novos campos. Durante vários anos as aplicações da Petrobrás nestes dois itens haviam estagnado num patamar próximo a 100 milhões de dólares por ano. A necessidade de encontrar petróleo elevou rapidamente esta marca para 800 milhões de dólares ao ano, em média, entre 1975 e 1980.

E os resultados não tardaram a surgir, contrariando as



Plataforma da Petrobrás na Bacia de Campos. A crise financeira, motivada entre outros fatores pelo Pró-álcool, impede a empresa de explorar todo o potencial da região.

teses sempre repetidas acerca da incapacidade do país em produzir internamente todo o petróleo de que necessita. O esforço de pesquisa conduziu à descoberta dos primeiros campos da Bacia petrolífera de Campos, no litoral do Rio de Janeiro, já em 1974. E após o período necessário a que as sondas e plataformas instaladas passassem a produzir houve um rápido incremento na produção nacional de óleo.

Após esforço de seis anos, produção cresce três vezes

Entre 1967 e 1980, ela manteve-se estacionada em torno de 180 mil barris ao dia, pouco mais de 10% das necessidades nacionais. Bastaram seis anos de investimentos acelerados, porém, para que a extração passasse a subir rapidamente. Em 1986, ela já era de 593 mil barris diários, três vezes e meia maior do que fora em 80. Isso significava que 52% do petróleo consumido no país era produzido internamente.

Pelo menos dois fortes indicadores mostravam que o ritmo de crescimento podia ser mantido, até a auto-suficiência. Entre 1984 e 85, a Petrobrás descobriu dois campos gigantes na Bacia de Campos — Marlin e Albacora. Os testes geológicos que foram realizados indicam que juntos eles contêm reservas de 4,9 bilhões de barris, o que equivale a quase o dobro de todas as outras reservas nacionais conhecidas até o momento. Além disso surgiram indícios de que

nas vizinhanças de Marlin e Albacora poderia haver outros campos, talvez de tamanho semelhante ao deles.

Crise financeira golpeia esforço por auto-suficiência

Além disso, e ao contrário do que ocorre com o Pró-Álcool, as conquistas tecnológicas obtidas pela Petrobrás na prospecção de petróleo são significativas. Prova disso foi a superação das sucessivas dificuldades encontradas na exploração da Bacia de Campos, cujos poços encontram-se todos em regiões de águas profundas. Através de investimentos persistentes em pesquisas, no entanto, foi sendo possível explorá-los. Na perseguição de avanços tecnológicos que tornassem possível vasculhar a Bacia de Campos, aliás, a Petrobrás alcançou sucessivos recordes mundiais de prospecção em águas profundas.

A partir de 1983, contudo, o esforço de investimentos iniciado em 75 foi interrompido devido a crises financeiras sucessivas vividas pelo país e pela Petrobrás. A estatal passou a ser seriamente pressionada pelo ônus de empréstimos externos que assumiu em nome do país, mas que foram desviados para fins alheios às suas necessidades. Para piorar, os prejuízos cada vez maiores causados pela substituição da gasolina pelo álcool e a compressão do preço real dos derivados (veja matéria na página anterior) reduziram sensivelmente a margem de lucros e reduziram o ritmo da exploração

de petróleo. A produção, que crescera rapidamente durante anos seguidos, estagnou no patamar de 600 mil barris por dia. A marcha rumo à independência em combustíveis foi breçada.

Insistir no álcool equivale a escolher pior alternativa

Os projetos, contudo, não foram abandonados. No final de 88, a diretoria da Petrobrás apresentou ao governo federal o Pasp — Plano de Auto-suficiência no setor de petróleo. Com base em dados extremamente concretos — os campos petrolíferos já descobertos e o patamar tecnológico alcançado — ele propõe a retomada de níveis de investimentos equivalentes aos de 1982, e prevê em contrapartida a produção de 1,5 bilhão de barris ao dia em 1997 — suficientes para atender 100% das necessidades do país naquele ano.

Num momento em que produtores de álcool insatisfeitos com todas as vantagens já obtidas reduzem a entrega do produto, ameaçam com locautes e exigem aumentos sucessivos de preço é importante que as forças progressistas vejam que há não apenas uma, mas duas propostas distintas para os problemas de combustíveis no país. Por tudo que se viu aqui fica claro que manter a Petrobrás entregue à própria sorte, e sem disso, força-la a sustentar um programa que reforça as características mais perversas do modelo econômico em vigor é a pior alternativa possível. (A.M.)

Anti-reforma agrária de Sarney

O deputado Manoel Domingos, do PCdoB, analisa uma por uma as vacilações da "Nova República" em relação ao problema da terra, mostra o descumprimento completo dos planos iniciais e denuncia favorecimentos flagrantes aos latifundiários.

Mário Simões *

Os latifundiários devem mais aos cofres públicos do que tudo o que foi investido em reforma agrária nos últimos anos. O governo Sarney, quase seis meses após o final do prazo, mal conseguiu cumprir 10% do seu plano de desapropriação de terras para fim de reforma agrária. Menos de 5% das famílias assentadas receberam integralmente os recursos previstos para a instalação nos lotes. Estas são algumas das constatações que o deputado Manuel Domingos (PCdoB-PI) fez em pronunciamento na Câmara dos Deputados antes do recesso de julho.

No início dos trabalhos constituintes, Sarney deu uma forte guinada para assumir de vez os compromissos com as forças de direita, o Centrão e a UDR. Ele editou o Decreto-Lei 2.363, de outubro de 88, fazendo retroceder toda a legislação agrária. De uma penada, denuncia Manuel Domingos, Sarney absorveu as propostas da UDR, extinguiu o INCRA, restringiu o conceito de função social da terra, excluiu os minifundiários dos benefícios da reforma agrária, reduziu drasticamente o estoque oficialmente passível de ser incorporado à reforma agrária e criou, enfim, toda sorte de garantias ao latifúndio.

Entretanto, é no início do governo Sarney, quando este não havia se alinhado em definitivo com os generais e os setores mais retrógrados da sociedade, que o deputado comunista foi buscar os primeiros dados para sua análise. O Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado no primeiro ano do governo Sarney, apesar de suas grandes e reconhecidas limitações, foi saudado como uma iniciativa positiva pelos trabalhadores e por todos que desejavam mudanças no Brasil.

Previstos 1,4 milhão de assentamentos, executados 80 mil

O PNRA projetou o assentamento de 1,4 milhão de famílias de trabalhadores rurais numa área de 43 milhões de hectares. A estimativa da época era de que 7 milhões de famílias aguardavam seu pedaço de terra e que o país dispunha de 500 milhões de hectares de terras agricultáveis e 170 milhões de hectares de terras

"aproveitáveis não exploradas" em poder dos latifundiários. Apesar de tímido, o plano passou a sofrer o bombardeio furioso dos latifundiários e da imprensa conservadora.

Dos 43 milhões previstos, somente 4,19 milhões de hectares foram desapropriados, menos de 10% do total. O

mais grave, entretanto, é que deste total, apenas 2 milhões e 47 mil hectares foram de fato liberados para imissão de posse.

A meta de 1,4 milhão de famílias também não saiu do papel. Somente 79.866 famílias foram assentadas, ou seja, 5,7% do planejado. Constrangidas aos mais terríveis sacrifícios para garantir o seu pedaço de terra, as famílias passaram por maus pedaços. O governo irresponsável, comprometido com os latifundiários, repassou os recursos previstos para a instalação a somente 3.456 famílias. Dezenas de milhares de outras ficaram entregues à própria sorte passando fome e sede aguardando os recursos prometidos.

Se faltaram recursos para os assentados e para a reforma agrária, não faltou dinheiro

para os grandes projetos agropecuários. Em 1985, numa única reunião do Conselho da Sudam foram concedidos 144 milhões de cruzados para 5 projetos agropecuários. Na época, este valor representava 10% de todo o orçamento anual do Ministério da Reforma Agrária.

Segundo informações do INCRA, apenas entre 1981 e 1986 a dívida acumulada pelos latifundiários chegou a 135 milhões de cruzados novos, em valores de abril passado. "O latifúndio deve aos cofres públicos muito mais do que tudo o que tem sido investido em reforma agrária", afirmou o deputado comunista.

7 milhões de famílias sem terra, e 2 milhões com muito pouca

A democratização do acesso à propriedade da terra, "promessa e compromisso da Nova República", não foi efetivada. Menos de 4% dos proprietários detêm quase 70% das terras cadastradas no Brasil. Apenas 162 latifúndios, com área superior a 100 mil hectares, ocupam uma extensão de mais de 36 milhões de hectares. "No reverso da moeda", denunciou Manuel Domingos, encontram-se 2 milhões e meio de pequenos proprietários com imóveis de menos de 25 hectares, ocupando uma extensão

de menos de 25 milhões de trabalhadores rurais, "arrastando a vida na fome e na miséria, aguardando a reforma agrária".

Nas últimas décadas mais de 20 milhões de pessoas foram expulsas do meio rural. O crescimento das cidades é totalmente descontrolado, cresce o número de desempregados e subempregados. A violência generaliza-se: "em menos de 5

anos de Nova República o número de assassinatos nos conflitos rurais já é superior ao que foi contabilizado em todo o período da ditadura militar.

Os focos de conflito e tensão chegam a mais de 2 mil e estão espalhados em todas as regiões brasileiras", afirmou. A violência cresce na razão direta da multiplicação das grandes empresas instaladas com incentivos governamentais e da impunidade dos assassinos de trabalhadores.

Constituinte cedeu às pressões do latifúndio e UDR

Este quadro foi mantido com o apoio do governo Sarney, mas também com a omissão e a conivência de parlamentares na Constituinte. "Escamotearam o debate e abusaram de manobras regimentais, com a devida conivência do presidente da mesa,

Ricardo Thicer

Ulysses Guimarães, para consagrar todo o retrocesso da legislação agrária produzida no período ditatorial. A Constituinte terminou proibindo a desapropriação da "propriedade produtiva", sem definir o que é de fato "propriedade produtiva".

As conseqüências desta política de manutenção do monopólio da terra e até o seu aprofundamento, aliada à outra de atender aos interesses dos credores internacionais de pagamento da dívida externa levou o governo a adotar uma política de incentivo à produção dos produtos de exportação, em detrimento dos produtos básicos produzidos especialmente pelas pequenas propriedades. Com isto, o governo forjou o discurso das supersafras, que também foi desmascarado pelo deputado do PCdoB.

Safras recordes para exportar, e fome em todo o país

"De fato, afirmou, a produção agrícola tem crescido no Brasil. O povo é que não vê os resultados deste crescimento! Cresce a produção de alimentos, mas a comida fica mais cara, a penúria, a fome, a desolação tomam conta das populações do interior e das cidades!" O crescimento da produção agrícola brasileira entre 1981 e 1988, destacou, foi da ordem de 29,6%. Mas as supersafras propagandeadas deveriam-se essencialmente aos incentivos dados à produção para a exportação. Enquanto a produção de soja cresceu cerca de 40% entre 1981 e 1988, no mesmo período a produção de feijão caiu em mais de 10%. O milho, o arroz e o feijão, que constituem a base da alimentação dos brasileiros, representavam 66,57% do total da produção nacional de grãos em 1981. Em 1988, estes produtos representavam apenas 44,92% das produções brasileira de grãos.

Ao encerrar sua análise sobre a questão fundiária e a política agrícola do Brasil, o deputado Manuel Domingos reafirmou que, com a preservação do latifúndio, ignorando os milhões de trabalhadores rurais sem terra, este país não conhecerá outro destino que não o das crises permanentes. "A verdadeira guerra que se desenvolve no interior do Brasil só tende ao agravamento, caso não se reconheça os direitos dos trabalhadores a um pedaço de terra para plantar".

*Correspondente da "Classe" em Brasília



Manifestação pela reforma agrária em 86. No poder, Sarney serviu ao latifúndio



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Rumos para o movimento negro (II)*

Duas concepções equivocadas entravam o avanço da luta anti-racista. Uma procura despolitizar o movimento e negar as relações evidentes entre o racismo e a luta de classes. A outra despreza a importância específica do movimento negro e acaba não enxergando que também ele contribui decisivamente para a transformação social.

Antonio Santos Carmo*

Em artigo publicado na última edição da **Classe** procurei situar teoricamente o papel da discriminação racial. Ressaltei que ela tem origem, e em última instância é uma das manifestações da luta de classes. Adverti, contudo, que o racismo, praticado secularmente em nossa sociedade, adquiriu dinâmica autônoma, penetrou profundamente na vida econômica, social e cultural do país e passou a influenciar até mesmo parcela importante das massas populares. Concluí afirmando que, por isso, sua relação com a própria luta de classes que o fez nascer não é mecânica nem automática.

Cabe examinar agora de que forma o próprio movimento negro enfrenta na **prática** esta realidade complexa. Esta tarefa é ainda mais necessária e urgente na medida que predomina em nosso meio visões e práticas que, por serem anti-científicas, acabam entravando de uma forma ou de outra o avanço de luta anti-racista. O combate fraterno a estas concepções equivocadas precisa ser encarado como uma das tarefas fundamentais do movimento negro.

Uma primeira visão equivocada é a que pretende **despolitizar** a luta contra a discriminação racial e apresentá-la como um fenômeno inteiramente independente da luta de classes. Os defensores desta posição sustentam que o racismo é resultado de uma suposta "opressão social dos brancos", que seria por sua vez a causa fundamental das desigualdades e injustiças do Brasil. E difundem palavra-de-ordem do tipo: "O negro ainda vai tomar o poder neste país".

Por desvincular a discriminação de suas causas mais profundas, esta concepção acaba conduzindo setores importantes do movimento negro a uma espécie de gueto, e dificultando que ele tome parte ativa em algumas das lutas mais importantes levadas a cabo pelo povo brasileiro. Como se essas lutas fossem alheias aos interesses da comunidade.

Sem visão política, certos grupos servem a políticos burgueses

Outras vezes, num fenômeno ainda mais deplorável, termina colocando certas organi-

zações negras a reboque de políticos burgueses oportunistas, que lhes dão ajuda material e passam a manipulá-las como cabos eleitorais. É o que acontece, infelizmente, com alguns blocos afro na Bahia, apesar de darem importante contribuição na afirmação da negritude.

Vítimas desta mesma falta de horizontes, lideranças negras importantes optaram em período não muito distante por participar da vida política do país filiando-se e disputando cargos eletivos até mesmo por partidos como o PDS, PFL e PTB. Alegavam que no fundo "todos os partidos são de branco", e que por isso valia a pena ocupar os "espaços disponíveis em qualquer um deles" já que a questão seria especificamente de raça. Felizmente o eleitorado negro tem repudiado nas urnas este tipo de oportunismo.

Os problemas, contudo, não param por aí. O espaço fica aberto também para o surgimento da proposta de uma "Partido Negro", com uma "ideologia" visando ao "poder para os negros", como se as lutas fundamentais que estamos travando no país tivessem no fator racial seu aspecto preponderante. Embora não tenha conseguido predominar no interior do movimento esta concepção ainda não foi inteiramente derrotada no terreno ideológico.

Concepção mecânica despreza uma enorme força revolucionária

E o problema se complica porque no seio das próprias organizações de esquerda costuma surgir às vezes um outro tipo de concepção, que pretensamente tem caráter científico, mas que no fundo fecha os olhos para aspectos importantes da própria essência do racismo. Esta visão enxerga, acertadamente, a discriminação racial como resultado da opressão de classe. Mas tira daí conclusões inteiramente falsas. Chega a negar a importância de existir um movimento negro organizado. Afirma que bastaria aos negros participarem das lutas dos partidos, movimentos populares, sindicatos e associações que desenvolvem a batalha fundamental contra o capitalismo. Alegam ainda e mais uma vez sem base nos fatos concretos, que a transformação socialista da sociedade elimina automaticamente a discriminação e os preconceitos de raça. A sobrevivência desta concepção, que acaba desprezando o próprio potencial revolucionário da luta específica contra o racismo, é um dos fatores que explica a pequena atuação e influência dos partidos de esquerda no interior do movimento negro. Muitas vezes, inúmeras lideranças negras nesses partidos não atuam no movimento, mesmo a preocupação com esta frente reduz-se a iniciativas isoladas de alguns militantes.

Classes dominantes, e não "os brancos", estimulam racismo

A superação de ambas as visões parciais e equivocadas que ainda encontram expres-

são no movimento negro exige que se compreenda em sua complexidade o próprio caráter do racismo. É preciso entender, em primeiro lugar, que são as classes dominantes, e não "os brancos" em geral, que estimulam e desenvolvem as idéias racistas. Tais idéias fazem parte do conjunto de representações falsas e preconceituosas da realidade que a burguesia precisa disseminar entre as massas, indistintamente, para justificar e manter sua própria dominação.

Além disso, os baixos salários, o desemprego, a concentração absurda de terras, as periferias esquecidas e abandonadas, a desorganização completa do ensino e do sistema público de saúde, a falência moral da sociedade, são efeitos da ação do capitalismo que se abatem inexoravelmente sobre negros e brancos proletários e sem terra. A uns e outros interessa, portanto, participar das lutas pela derrocada deste sistema superado, e para o surgimento de uma sociedade onde o homem usufrua plenamente os frutos do que produz.

Luta anti-racista prossegue mesmo no socialismo

Ao lado disso, contudo, é necessário enxergar também que além de sofrerem todos os efeitos da desigualdade capitalista os negros são ainda alvo do racismo, que inquestionavelmente os submete a uma carga suplementar de opressão. O racismo não algo é abstrato, constatável apenas nas páginas dos trabalhos de sociologia. Especialmente no Brasil, onde as classes dominantes o utilizam como um dos instrumentos fundamen-

tais para provocar a divisão dos oprimidos, ele impõe sobre a população negra uma carga monumental de discriminações e preconceitos, fartamente descritos na primeira parte deste artigo.

Por isso mesmo, é importante para a própria luta pela transformação social do país que a população negra participe das lutas progressistas em geral, mas que além disso se organize em movimentos específicos anti-racistas. Tais movimentos, aliás, devem contar com a solidariedade e com o apoio de todos os trabalhadores e oprimidos.

O negro não vai poder esperar a chegada do socialismo para só então lutar contra o racismo. Mesmo porque o próprio advento do socialismo **cria pela primeira vez as condições** para liquidar com a discriminação, mas não conduz mecanicamente ao seu fim. Mesmo na nova sociedade, ainda que com características distintas, o movimento negro vai ter de continuar organizado e atuante, até alcançar o fim da discriminação e dos preconceitos, transformando a consciência coletiva da sociedade.

Por tudo o que se viu, é na abordagem conjugada, no entendimento na relação dialética entre as questões de classe e de raça que deve caminhar o movimento negro. Ele precisa entender que nossa luta pode e precisa ser parte destacada da batalha de todo o povo brasileiro por uma sociedade livre, socialista e igualitária.

**Conclusão de artigo cuja parte inicial foi publicada na Classe n.º 23*

***Presidente da União de Negros pela Igualdade — Unegro — BA*

Arquivo



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Além da exploração capitalista, negros enfrentam peso da discriminação e dos preconceitos.

CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

Quebrar os limites da democracia burguesa

Rogério Lustosa *

A democracia burguesa funciona apoiada numa regra de ouro: todos podem competir, mas o povo não pode vencer. A Frente Brasil Popular, com a união das forças de esquerda, pretende quebrar esta barreira e derrotar as elites na batalha da sucessão presidencial.

Política Sagaz

As normas eleitorais, a pressão do poder econômico, a manipulação dos meios de comunicação, tudo faz parte do jogo para criar a aparência de oportunidade para todos mas garantir o poder para as classes dominantes. No caso de alguma falha no esquema, os salvadores da pátria, de verde-oliva, entram em cena, para "restaurar a ordem e combater a subversão". Nos 100 anos de República, esta rotina é bem conhecida.

Em função desta realidade, até hoje, para abrir algum espaço, o povo tem sido obrigado a fazer política em alianças com setores mais liberais da burguesia. E uma olhada rápida nas conquistas democráticas recentes mostra que esta orientação foi usada com sagacidade: compromissos localizados e pontuais, sem abrir mão dos objetivos maiores, rumo ao socialismo. A luta pela anistia, o movimento das diretas, as coligações eleitorais depois de 1974, contra a direita, deram bons resultados. Certas correntes de esquerda, sem uma visão científica da sociedade, não compreendem esta tática. Ficam presas a considerações pseudoradicais e moralistas que, se fossem seguidas pelos trabalhadores, condenariam as massas populares à passividade.

União do Povo

Agora, com o agravamento da crise econômica e social, criou-se uma situação particular. Pela primeira vez o povo tem condições de unir-se de forma independente, sem interferência das classes dominantes, para concorrer à Presidência. E as eleições municipais do

ano passado mostraram que a esquerda tem condições de vencer.

Entretanto, a Frente Brasil Popular só conseguirá empolgar grandes contingentes de massas, capazes de forçar os limites burgueses e fazer valer a vontade da maioria, apresentando-se ousadamente com um novo projeto, de ruptura com o que aí está. Se ficar na geléia geral de centro-esquerda, no máximo ficará restrita aos já simpatizantes dos partidos coligados. Se não tiver a coragem de falar com a indignação operária e apontar para um novo regime, deixará campo aberto para a demagogia reformista e divisionista de Roberto Freire e facilitará sua tarefa de confundir o povo.

Novo Brasil

Os comunistas, por suas concepções revolucionárias, desempenharão papel decisivo na união das esquerdas. Não simplesmente por se mostrarem combativos e avançados. Mas, sobretudo, se souberem atuar em unidade com os aliados e imprimir à campanha a marca de esquerda, com a linguagem e as bandeiras que os trabalhadores reclamam.

Para obter êxito nesta batalha, urge abandonar com energia os métodos rotineiros de trabalho. Criticar fraternalmente os companheiros ainda temerosos da radicalidade do movimento em curso. Dar exemplo de dedicação e de presteza na elaboração de planos e na sua aplicação prática.

Os revolucionários não entram neste combate visando apenas ao sucesso na disputa eleitoral. Ao quebrar os limites impostos pelos poderosos, descortinam novos horizontes para o país. Com a união da esquerda apontam para a hora da virada: forjar um novo Brasil, com cara de povo. A luta no terreno eleitoral, ao unir e mobilizar milhões, num movimento superior ao das diretas, eleva a consciência do povo a um novo patamar.

Como informamos em nossa edição passada, realizou-se em 5 de julho o ativo nacional de dirigentes do Partido na área de agitação e propaganda, tendo por tema central a avaliação do trabalho dos comunistas com o órgão central de imprensa — A Classe Operária — e as medidas a serem tomadas no sentido de consolidá-lo e ampliar sua circulação.

A discussão é oportuna pelo novo momento político que o país vive, por se inserir no conjunto dos debates sobre o fortalecimento político, ideológico e orgânico do PCdoB e pelo fato de praticamente coincidir com o primeiro aniversário da nova fase do jornal (inaugurada no começo do segundo semestre do ano passado).

Embora seja um curto período de tempo, envolvendo 23 edições, a experiência até aqui vivida com a nova fase permite aquilatar o acerto da decisão do 7º Congresso de tomar medidas para mudar a feição do órgão central do Partido, no conteúdo e na apresentação gráfica, incluindo o formato, e alargar sua circulação para além das fileiras partidárias.

O ativo dos dirigentes de agitação e propaganda ressaltou que a Classe, mudando de feição, não mudou seu caráter, forjado em seis décadas e meia de existência, de órgão central do Partido Comunista do Brasil. Durante a nova fase, ela continuou defendendo as idéias do Partido, difundiu o marxismo-leninismo, deu publicidade à orientação política para a atualidade, aprovada nas reuniões plenárias do Comitê Central realizadas após o 7º Congresso.

Ao lado disso, houve unanimidade na aprovação do trabalho de amplitude que a Classe vem ensejando. Na verdade, esta marca que o jornal adquiriu é reflexo do trabalho de ampliação da influência política do Partido em todos os terrenos. O próprio 7º Congresso foi induzido a tomar a decisão de promover mudanças na imprensa partidária porque em si mesmo ele constituiu um ponto de virada no sentido de levar as idéias do Partido a setores cada vez mais amplos.

O trabalho de amplitude é, portanto, uma das vertentes a reforçar esse sentido mais geral da orientação do Partido. E nesse mister tem constituído grande contribuição, realizando uma atividade que deixa saldo positivo. Exemplo concreto disso é o grande

Balanço positivo no 1º ano da "nova" Classe

número de pessoas sem vínculos de filiação ao Partido que têm dado colaboração ao jornal como articulistas. E o fato de, regularmente, personalidades destacadas da vida política, sindical, cultural, artística, científica e acadêmica darem entrevistas, expondo suas opiniões, polemizando com as idéias retrógradas, contribuindo assim para vincar um pensamento democrático e progressista no país.

Isto se reveste de grande importância, pois ajuda a aproximar o Partido de importantes segmentos sociais de que estávamos distantes, possibilita que se vençam as barreiras dos preconceitos anticomunistas e que conheçamos melhor o mundo e as pessoas à nossa volta. Isto só pode abrir novos horizontes para o Partido do proletariado.

Há um reflexo positivo disso no aumento da circulação e no trabalho da militância com o jornal. Nas fábricas, nas escolas, nas manifestações de massas e mesmo em distantes pontos do território nacional, a Classe circula de mão em mão, levando adiante a palavra dos comunistas.

Por outro lado, o ativo se debruçou no exame das lacunas e das debilidades. Não encontramos ainda todas as melhores formas de expressão, o que se faz notar em textos ainda pesados, páginas mal editadas, títulos e capas não atraentes, erros de revisão e uma abordagem nem sempre profunda e analítica dos temas.

Particular atenção foi dedicada à apresentação gráfica do jornal, sobretudo a diagramação e a iconografia. Os nossos leitores, segundo o depoimento dos dirigentes de agitação e propaganda dos Estados, acham algumas edições maçudas, queixam-se da estética das ilustrações, da reprodução das fotos e dos defeitos de impressão.

De todos os problemas levantados, o que mereceu

mais discussão foi a circulação do jornal, considerada, apesar do crescimento verificado, como o ponto de estrangulamento que está a impedir o salto necessário na entrada deste segundo ano da nova fase.

Para atacar o problema, foram adotadas algumas diretrizes, como:

* Lançar em todos os Estados campanha de assinatura, visto que é uma forma de cativar o leitor e ao mesmo tempo de sustentação financeira do jornal.

* Profissionalizar os métodos de entrega dos exemplares dos assinantes, ainda artesanais. A administração central do jornal está realizando estudos no sentido de implantar processos de entrega centralizados em São Paulo.

* Intensificar a venda militante, com as formas já consagradas e criando novas formas. Nessa tarefa é necessário combater o espírito burocrático e a rotina.

* Colocar o jornal nas bancas de jornais e revistas, que é o meio mais eficaz de fazê-lo chegar a um público mais amplo. Nos grandes centros a venda em bancas deve se processar preferencialmente através de distribuidoras que tenham credibilidade no mercado e competência profissional.

* Enviar o jornal, a título de cortesia, a personalidades destacadas da sociedade. As sucursais devem enviar para a administração central as listas para efeito de controle.

* Fazer o mesmo em relação aos principais veículos da mídia.

* Realizar regularmente atividades políticas, sociais e artístico-culturais, promovidas pela sucursal do jornal, a fim de arrecadar recursos financeiros e divulgar mais a sua marca.



Greve, protestos de rua e desemprego na URSS capitalista

O processo de degradação do regime capitalista restaurado na União Soviética avança a passos largos. As últimas greves dos mineiros, encerradas no dia 25, e a proposta de fim de estabilidade no emprego deixam cada vez mais nítidas, aos olhos de quem queira ver, as verdadeiras intenções da classe dominante burguesa na URSS.

Mário Simões*

O jornal "Trud", órgão dos Sindicatos Soviéticos, afirmou, em sua edição de 11 de julho, que a União Soviética precisa abolir da Constituição a garantia de pleno emprego aos trabalhadores. A justificativa apresentada é de que a estabilidade no emprego eliminou a competitividade entre os trabalhadores, tornando-se uma das causas da baixíssima produtividade (entre 2 e 3 vezes inferior à dos países ocidentais, segundo o jornal) e da ineficiência na indústria.

A proposição de pôr fim à estabilidade no emprego não é nenhuma novidade. Já em 7 de janeiro de 86, no "Sovetskaya Rossya", Tatyana Zaslavskaya, antiga assistente do principal assessor econômico de Gorbachev, Abel Aganbegian, lamentava que as demissões eram pouco frequentes na URSS: "Na prática, a punição de um mau trabalhador não ocorre senão muito raramente, primeiro diminuindo-lhe o salário, em seguida demitindo-o". Seliútín, outro economista de destaque na "perestroika", escreveu em 85 no jornal "Nova Mir": "Nós esquecemos o que quer dizer a palavra desemprego, mas é justo (uma empresa) trabalhar muitas vezes com a metade de sua capacidade?", referindo-se à crise que o país enfrenta a alguns anos.

O próprio Aganbegian já admitiu que as reformas devem gerar um milhão de desempregados por ano, confirmando a previsão do jornal "Trud" de 15 milhões de desempregados na União Soviética no ano 2000.

O desemprego na União Soviética foi abolido no início dos anos 30. Em 1929 ele atingia cerca de 1,5 milhão de pessoas. Em 30 caiu para cerca de 1 milhão e em 31 estava nos 250 mil desempregados. O pleno emprego é garantido pela Constituição: como as demais, a de 77 considera o trabalho um direito (artigo 40) e um dever (artigo 60).

Se a estabilidade existe há 50 anos, como pode ser ela a causa da baixa produtividade e ineficiência industrial? Em 1925, oito anos após a Revolução de Outubro, dois terços da produção vinham da agricultura e um terço, da indústria. Dois anos depois, em 1927, a indústria já respondia por 42% da produção. De 1928 a 1955, o

crescimento industrial médio foi 13%, sendo que entre 29 e 37, ele chegou a atingir uma média anual de 20%. Com Kruschchev, entretanto, veio o abandono do caminho socialista, e os efeitos podem ser sentidos na economia. O crescimento industrial de 59 a 64 caiu progressivamente de 11% para 10% em 1960 e 9,2% em 61. Em 62 registrou uma pequena elevação e o crescimento foi 9,5%, para voltar a cair em 63 (8,5%) e em 64 (7,1%). Entre 71 e 75 a média do crescimento industrial foi de 7,4% e em 80 ficou em 3,6%.

Em 1985, o próprio Gorbachev admitia a estagnação e a crise na economia soviética. O desemprego, que formalmente não existe ainda na URSS, está estimado em 500 mil pessoas, mas pode ser de alguns milhões a população ociosa. Com o incentivo à retomada da propriedade privada e ao livre mercado, muitos são os que buscam afastar-se dos empregos estatais. O reagrupamento de seis ministérios com vocação agrícola em um só comitê de Estado, o Gosagropom, provocou, a 23 de novembro de 1985, o primeiro grande licenciamento de alguns milhares de funcionários. Por três meses eles ainda recebem o salário até arranjar novo emprego — o que não é fácil de acontecer numa economia em crise, principalmente se os principais incentivos são dados no sentido do fortalecimento do setor privado.

A burguesia soviética, entretanto, busca não falar em retomada do capitalismo. Gorbachev fala na "perestroika" como uma nova revolução. É preciso observar que cada nova medida de restauração do capitalismo vem acompanhada de ataques à pessoa de Stálin, que dirigiu a União Soviética no período de grande crescimento da economia, e elogios ou reabilitação daqueles que foram condenados naquela época. O artigo do "Trud" atribui a Leon Trotsky a introdução do pleno emprego, em 1918, e "em lugar de dar um emprego a alguém capacitado, Stálin preferia dar três empregos a gente incapaz". Querem que se acredite que foi com essa política que a União Soviética alcançou os níveis de desenvolvimentos citados anteriormente. Não restringiram, desta vez, as suas críticas a Stálin. Questionaram também a análise feita por Karl Marx sobre o exército de reserva que



Assembléia de mineiros em greve na cidade de Prokopievski, Sibéria

o capitalismo mantém como forma de pressionar pelo achatamento dos salários. Não adianta "garantir pleno emprego se isso conduz ao parasitismo", afirma o jornal.

Novos sindicatos

Os sindicatos, segundo o "Trud", devem desempenhar uma nova função social. Passariam a organismos independentes do Estado e do Partido Comunista. Não foi gratuito o anúncio desta intenção no momento da grande greve dos mineiros da Sibéria e da Ucrânia, responsáveis por cerca de 80% do carvão produzido na URSS. Gorbachev já havia admitido a necessidade de "uma grande revolução das bases" para ajudar a acelerar a sua "revolução a partir de cima" (leia-se "perestroika").

Na última terça-feira, os jornais já traziam notícias dos debates no Soviete Supremo sobre a greve dos mineiros, onde os setores de "esquerda" (da "revolução" de Gorbachev) pressionavam contra os sindicatos soviéticos. Um deputado da Letônia, no Báltico, afirmou na presença de Gorbachev: "Devemos permitir que os trabalhadores se organizem de forma independente. Precisamos reconhecer que os sindicatos oficiais perderam o apoio. Se os trabalhadores quiserem formar sindicatos independentes, devem fazê-lo."

A greve dos mineiros começou há cerca de 20 dias na Sibéria e alastrou-se pela Ucrânia (as duas maiores produtoras de carvão da União Soviética) e atingiu ainda o Cazaquistão, reunindo cerca de 300 mil mineiros. A greve demonstra as péssimas condições de vida dos trabalhadores na URSS. Os mineiros ganham por volta de 300 rublos e os salários dos operários variam em torno dos 220 rublos (800 cruzados novos). Entre suas reivindicações, estão produtos

básicos de alimentação e higiene: açúcar, sabão, carne e leite, além de suprimentos extras de chá e café.

Trabalhadores explorados

As condições de trabalho dos mineiros são outro grave problema que veio à tona com a greve. Eles reclamam da falta de estrutura que favorece o acúmulo de gases nas galerias das minas, faltam cintos de segurança, uniformes especiais e iluminação. Em Kuznetsky, na Sibéria, há uma média de 200 mortes anuais de mineiros, quase duas vezes superior aos índices europeus. Os mineiros siberianos têm uma expectativa de vida 20 anos menor do que a média dos cidadãos soviéticos e de 5 ou 6 anos menor do que os mineiros dos países ocidentais.

A poluição também é um grave problema e um constante foco de doenças, admitiu o deputado Medikov em relatório ao Soviete Supremo, que considerou a cidade de Novozuznetsk como "a mais contaminada do mundo". Os mineiros conquistaram também aumentos salariais, aumento do pagamento do trabalho noturno e liberdade econômica e legal para as minas — o que não foi ainda explicado exatamente, mas poderá ser o direito de formular a política regional para minas e influenciar no preço do carvão. Além disso, eles conseguiram diversos utensílios domésticos e roupas de inverno — os itens da pauta de reivindicações somam mais de 40.

O caminho resoluto que a burguesia soviética traçou para a retomada do processo capitalista não deixa dúvidas. As disputas nacionalistas que se verificam na Geórgia são outro exemplo da política que impera no país. Desde 17 que a autonomia das nacionalidades

era respeitada como política do governo soviético. Na carta que endereçou aos operários e camponeses da Ucrânia, em 1920, Lênin escrevia: "Nós queremos uma união voluntária das nações, uma união que não admita nenhuma violência de uma nação sobre a outra, uma união baseada numa confiança absoluta." As recentes disputas que a imprensa noticia sobre conflitos em Abkhazia, na república da Geórgia, já provocaram a morte de quase 20 pessoas e um saldo de mais de 200 feridos. As guarnições militares são atacadas em busca de munições e a disputa tende a agravar-se, com mais mortes e feridos.

O motivo aparente é a abertura de uma universidade na região com vagas garantidas a estudantes georgianos. Os abkazes revoltaram-se e exigem a independência de sua república em relação à República Federativa da Geórgia. A questão nacional envolve às vezes interesses das burguesias locais e não interessam necessariamente à classe operária. Apesar da complexidade do assunto, o certo é que a competitividade capitalista pretendida por Gorbachev faz também suas vítimas no campo das disputas nacionais.

Só mesmo a retomada do processo de construção socialista poderá resolver os graves problemas que a União Soviética enfrenta. Enquanto isso, os conservadores e reacionários continuarão a usar a União Soviética como propaganda de fracasso do socialismo e da maior eficiência do capitalismo. E Gorbachev vai continuar cumprindo o seu papel de renegar o marxismo-leninismo e a experiência de construção do socialismo na União Soviética, que, mesmo que embaixado, continua desmascarando o caminho capitalista agora trilhado.

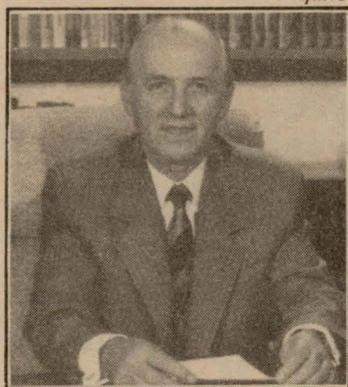
*Jornalista, colaborador da Classe em Brasília

O socialismo não precisa copiar mecanismos do sistema capitalista

O socialismo traz, no seu próprio sistema, o instrumental necessário para superar as contradições, conflitos e dificuldades que surjam no seu desenvolvimento. Foi o que afirmou o principal dirigente da Albânia, Ramiz Alia, secretário-geral do Partido do Trabalho (PTA), durante discurso no VI Congresso da Frente Democrática Albanesa. O congresso reelegera Nexhmije Hoxha a presidenta do Conselho Geral da Frente. Publicamos a seguir trechos do pronunciamento de Ramiz Alia.

"Nossa experiência confirmou que o socialismo possui no interior do seu próprio sistema as possibilidades de superar as contradições, os conflitos e dificuldades que aparecem no curso de seu desenvol-

vimento, para responder à dialética da vida. O socialismo não tem necessidade de copiar reformas ou mecanismos do sistema capitalista, que ele mesmo derrotou. Quão perigosa e contra-revolucionária é essa linha o demonstra o fato



Ramiz Alia: defesa dos princípios da democracia socialista

de onde terminaram os países ex-socialistas que se enamoram das reformas burguesas. (...)

Cuba condena oficiais corruptos e traficantes ao fuzilamento

O general Arnaldo Ochoa, o coronel Antonio de La Guardia, o major Amado Padrón e o capitão Jorge Martínez, todos expulsos do Exército cubano, foram executados no dia 13 de julho, devido ao seu envolvimento no tráfico de narcóticos. Outros dez oficiais envolvidos no escândalo, o maior nos 30 anos de revolução cubana, foram sentenciados a penas de 15 a 30 anos de prisão.

Não se tem notícia, na história recente da América Latina, de outros oficiais que tenham sido presos, julgados e executados por envolvimento em corrupção e crimes contra a nação. O general Ochoa, que no ano passado chegou a receber a ordem de Herói da República de Cuba, confessou seu envolvimento no tráfico de drogas. Mas, segundo o jornal "Granma", órgão oficial cubano, tanto Ochoa como La Guardia "os dois principais responsáveis pelos fatos que se analisam, colaboraram pouco com o seu esclarecimento".

Ligação com bandidos

O primeiro contato de Ochoa com o narcotráfico, segundo o que foi apurado pela Justiça de Cuba, ocorreu em meados de 1986, quando ele estava ligado ao Ministério das

Forças Armadas, encarregado das missões militares estrangeiras (com exceção de Angola e Etiópia). Nesse período, até novembro de 86, o capitão Martínez, a mando de Ochoa, relaciona-se com Fabel Pareja, traficante de drogas colombiano. É Pareja que faz as ligações entre o grupo de Ochoa e Pablo Escobar, chefe do chamado "Cartel de Medellín", o mais organizado grupo de narcotráfico colombiano. Nesse mesmo período, o grupo de La Guardia, por sua conta e risco, também havia contactado com os traficantes colombianos.

Apenas em meados de 1988, o bando de Ochoa e de La Guardia passam a operar juntos. Até onde as investigações cubanas chegaram, de janeiro de 87 a abril de 88 o grupo de Antonio de La Guardia organizou 19 operações de contrabando de drogas, das quais quatro fracassaram e 15 alcançaram os objetivos propostos. Segundo as confissões dos criminosos, eles ajudaram a contrabandear um total de 6 toneladas de cocaína, pelo qual receberam cerca de 3 milhões e 400 mil dólares (alguns pagamentos não foram efetuados porque as operações foram interrompidas com as prisões dos seus principais responsáveis).

Câncer latino-americano

O narcotráfico converteu-se num câncer para vários povos da América Latina. Existem Estados cujas economias são altamente dependentes do mercado de drogas. A sociedade norte-americana se mostrou incapaz de instrumentalizar medidas efetivas para combater o consumo e o tráfico interno de drogas, suas medidas em relação com os países produtores são unicamente de caráter repressivo.

O narcotráfico é uma seqüela do capitalismo em sua fase de decomposição. Um aspecto da crise geral que abarca o mundo do capital. O fato de o narcotráfico se expandir não significa que se deva contemporizar com ele. A humanidade sofre danos de grande magnitude devido às drogas.

Segundo o órgão oficial do governo cubano, "a conduta de Ochoa e dos irmãos La Guardia, assim como as de seus colaboradores mais próximos, demonstra até que ponto a sociedade de consumo e suas mesquinhas são capazes de deslumbrar e influir em determinada gente; até que ponto é necessário elevar a vigilância, a exigência e a consciência revolucionária".

Arquivo

"A propaganda burguesa, aproveitando a restauração capitalista que invadiu a União Soviética, China e outros países ex-socialistas, e de maneira particular os fracassos que se produziram neles no terreno político e social, pretende apresentar estes fenômenos como o fracasso do sistema socialista, de sua teoria e prática revolucionárias. Tal interpretação é especulativa e está inspirada nesse anticomunismo selvagem que lutou e luta com todos os seus meios para derrotar o socialismo.

"Os atuais acontecimentos nesses países provam não o fracasso do socialismo, mas precisamente as conseqüências da via capitalista que eles mesmos abraçaram há 30 anos e que o PTA criticou aberta e publicamente desde o início."

"As reformas que se estão aplicando na União Soviética, na Hungria, Polônia e outros, com as quais se abre o caminho à dominação da propriedade privada e à penetração do capital monopolista, à ativação da velha e nova reação anticomunista, vão acompanhadas de conflitos interclassistas e étnicos, da explosão da anarquia e da violência

policial, do desemprego e do descenso do nível de vida, da extensão da degeneração moral etc. Tudo isso não é resultado do sistema socialista, nem é característica sua. Pelo contrário são pragas do sistema capitalista, prova da existência e da atuação de suas leis. (...)

Conseqüente em sua política exterior, Albânia socialista apoiou e apoiará toda ação que resulte em favor da paz e da segurança gerais e se oporá a tudo o que ameace a liberdade, a independência e a soberania dos povos, os interesses do progresso de toda a humanidade. Condenou e condenará a política expansionista e hegemônica das superpotências imperialistas, que são as principais responsáveis das tensões e dos conflitos existentes hoje entre os Estados. Nossa simpatia e nossa solidariedade estão com aqueles que defendem seus direitos nacionais e sociais, que lutam pela igualdade nas relações internacionais, pela não intervenção nos assuntos internos dos demais, pelo respeito ao direito que possui cada povo a escolher e seguir seu próprio caminho de desenvolvimento."

Desejo de mudança varre o Japão

Depois de 34 anos no poder e mais de 100 escândalos de corrupção de grandes proporções, o Partido Liberal Democrático (PLD) foi derrotado nas eleições para o Senado japonês dia 23 de julho. O grande vencedor do pleito foi o Partido Socialista, liderado por uma mulher, Takako Doi: "As mulheres sentiram que elas têm que se erguer, falar e fazer alguma coisa, senão nada mudará", afirmou ao saber do resultado.

Um primeiro desdobramento da eleição foi a renúncia do primeiro-ministro Sosuke Uno, do PLD. Possivelmente as eleições para a Câmara de Deputados serão antecipadas, e uma nova vitória do PS é prevista. A eleição atual definiu metade (126) das cadeiras do Senado. O PS ficou com 42, o PLD com 32, e o restante foi dividido entre outros seis partidos e candidatos sem partido (que ficaram com oito senadores).

Corrupção e machismo

Os japoneses desferiram golpes às urnas, que estão fartos do nível a que chegou a corrupção sob o poder do PLD. Os episódios de maior notoriedade são o "Caso Lockheed", que envolveu o primeiro-mi-

nistro Kakuei Tanaka nos anos 70 (Tanaka chegou a ser preso, mas já está livre e se ativa na política japonesa), e em agosto último estorou o "Caso Recruit", envolvendo o gabinete do então primeiro-ministro Noboru Takeshita e seu antecessor, Nakassone.

Takeshita foi substituído por Uno, que logo se viu também tragado por um outro escândalo, envolvendo-se com uma prostituta em Tóquio. Dirigentes do PLD tentaram escorregar o primeiro-ministro Uno atacando as mulheres. "Lugar de mulher é na cozinha" e "Mulher foi feita para servir ao marido, e não para se meter em política", foram algumas das frases da elite dirigente japonesa. Ao mesmo tempo, Uno impôs à população um novo imposto, de 3%, sobre qualquer produto comprado no país.

As mulheres, em especial, deram uma resposta vigorosa ao machismo da burguesia japonesa. Nas recentes eleições para a Câmara de Vereadores de Tóquio, houve um recorde de mulheres candidatas. E, destas, 17 foram eleitas. Na eleição para o Senado, dos 670 candidatos, 146 eram mulheres. E a participação feminina no momento do voto também foi a maior da história do país.



Ochoa, La Guardia, Martínez e Padrón: envolvimento com o narcotráfico

Arquivo

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício de Godoy

Anita: heroína de dois mundos

Neste mês, a revolucionária de dois mundos, Anita Garibaldi, é duplamente lembrada. O dia 30 de agosto de 1919 é atribuído para o seu nascimento (não há certeza da data), em Santa Catarina; e no dia 4 de agosto de 1949, às vésperas do 30º aniversário, morreu na Itália, em meio à luta revolucionária no país europeu.

Marta Regina Maia*

Mulher, aventureira, original e lutadora, Ana Maria de Jesus — Anita Garibaldi, como ficou conhecida — nasceu em Morrinhos do Tubarão, Estado de Santa Catarina. Alcançou extremos que somente ao homem era dado chegar em sua época. Conhecida como a “heroína de dois mundos”, Anita teve uma intensa participação na Revolução Farroupilha e também no movimento revolucionário de 1848/50 na Itália.

Filha de pais portugueses, a mãe de Anita, seguindo a tradição lusa, casaria as filhas logo cedo. Em 1835 ela se casa com o sapateiro Manuel Duarte Aguiar, com quem viveria durante quatro anos até conhecer o grande guerrilheiro Giuseppe Garibaldi. Falar de Anita é falar também de Garibaldi, que foi um dos integrantes do movimento de reunificação da Itália e uma das maiores lideranças da Revolução Farroupilha. E não é possível escrever sobre ambos sem contar um pouco da história da Guerra dos Farrapos, como também ficou conhecida essa revolução.

A guerra dos dez anos

A Revolução Farroupilha, muito festejada e comemorada pelos sulistas, sempre foi colocada pela historiografia oficial como um movimento que deu origem à “democracia dos pampas”, derivando daí uma visão de harmonia social e inexistência de luta de classes. Interpretação que somente interessava aos grupos dominantes, pois através da reconstrução idealizada do passado tentam assim justificar a sua dominação. No entanto é possível resgatar essa passagem da história dentro de uma perspectiva crítica, contextualizada.

Na década de 20 do século passado, as relações que se estabeleciam entre a economia pecuária rio-grandense e a economia central de exportação eram de total dependência. Com a produção de charque, couro e gado para corte, o Rio Grande do Sul não podia prescindir do mercado interno brasileiro para a colocação de seus produtos e nem este mercado podia deixar de contar com o sul. Além disso, o poder central precisava de “defensores” da fronteira sul, e naquele momento os senhores de terras eram os que mais contribuíam nessa tarefa.

Após a proclamação da Independência, começam a aparecer conflitos entre a região sul e o poder central, que opta pela discriminação econômica em relação às atividades sulistas. O sistema de dominação política do governo imperial também contribui para alijar a oligarquia gaúcha das decisões, pois o centralismo monárquico tentava, através da nomeação dos presidentes de província, diminuir a força dessa região do país.

Esses conflitos ocasionaram uma rebelião dos senhores de terra e gado gaúchos, ao lado de combatentes do povo, contra a dominação imperial. eclode então no dia 20 de setembro de 1835 a Revolução Farroupilha — a mais longa das rebeliões regenciais.

Nos primeiros anos, as forças farroupilhas conseguem levar vantagem sobre as forças legalistas, dominando as regiões entre o Rio Pardo, Piratini e Pelotas, e em 1836 é proclamada a República Rio-Grandense pelo general farrapo Antonio de Souza Netto. Nessa época, o movimento farroupilha se expande e funda, no porto de Laguna, em Santa Catarina, a República Juliana, liderada por Giuseppe Garibaldi e Davi Canabarro, que anuncia de forma enfática o objetivo dos rebeldes: “Destes portos sairá a hidra que devorará o Império!” No entanto, a consumação desse objetivo sofre profundos ataques por parte do poder central.

Garibaldi, como chefe da quadrilha revolucionária, ao mesmo tempo que tratava de fortificar a barra, também aproveitava as tardes que passava a bordo do navio para pensar no bem-estar que uma companheira a seu lado poderia gerar, pois a solidão o perturbava.

Amor e luta se confundem

Segundo suas memórias, Garibaldi diz ter chegado em Laguna extremamente deprimido pela perda dos amigos num naufrágio na costa de Santa Catarina. Sentia-se só e necessitava de alguém que o amasse: “Era, pois, uma mulher que me tornava necessária; só uma mulher me podia curar. Uma mulher, quer dizer, o único refúgio, um anjo consolador, a estrela na tempestade. Era com este incessante pensamento que, do meu camarote, a bordo do Itaparica, voltava a olhar para as habitações da barra. Foi quando com a ajuda do binóculo, descobri uma jovem mulher... Desembarquei e fui andando



Anita: coragem de ser mulher e guerreira

em direção à casa onde devia encontrar a mulher, cuja coragem me fez falta muitas vezes... e olhando-a nos olhos cumprimentei-a e finalmente disse: ‘Tu deves ser minha’.”

A partir daí a jovem costureira passa a fazer parte da historiografia brasileira e também italiana. Anita rompia definitivamente com o passado ao embarcar no navio comandado por Garibaldi, que nesse momento enfrentava dificuldades para sustentar o movimento dos revoltosos, sendo obrigado a fazer uma retirada estratégica. Essa fuga, entretanto, teve que enfrentar forte reação do poder central. Garibaldi conta: “... Apesar de tudo isto, apesar do flanco do nosso navio estar crivado de balas, da nossa mastreação ter avariado, estávamos resolvidos a não ceder, deixando-nos matar até o último. É verdade que éramos conservados nesta resolução pela vista da amazona brasileira que estava a bordo. Anita que, como já disse, não havia querido desembarcar, tinha também tomado parte do combate e, com a clavina na mão, coadjuvava-nos admiravelmente.”

A jovem amazona, extrapolando a mentalidade vigente, ao regressar à terra, já que a manobra guerreira de Garibaldi acabou sendo vitoriosa, teve que enfrentar os comentários dos agitadores monárquicos que consideravam um escândalo sem precedentes a fuga de uma mulher casada. Anita acabou se superando enquanto mulher ao rechaçar tantas pregações moralistas.

Império contra-ataca

A situação da República Juliana piorava dia após dia. As tropas legalistas se aproximam de Laguna e conquistam a vitória, apesar da obstinada resistência dos republicanos liderados por Garibaldi e Anita. Durante a luta no campo de Curitibaanos, na chamada batalha de Forquilhas, Anita havia ficado encarregada de distribuir a munição que estava sob sua guarda. Vendo os republicanos cercados, adianta-se e acaba sendo cercada e, segundo Marô Silva, no livro “Anita Garibaldi”, um tiro arranca-lhe o chapéu, raspando de leve seus cabelos. Tenta

ainda escapar com seu cavalo que, ferido, a deixa nas mãos das forças imperiais. Acaba sendo presa, mas na primeira oportunidade foge, atravessando léguas de floresta para encontrar Garibaldi.

“Que alegria não foi a nossa.” É assim que se expressa o valoroso lutador ao reencontrar a sua amada, já em Vacaria. Após este encontro, eles descem a serra e se juntam às tropas federalistas que se encontravam em Taquari, sob o comando de Bento Gonçalves. Anita participa então de mais uma batalha. Mas os farrapos são obrigados a bater em retirada.

Anita e Garibaldi dirigem-se então para o Uruguai, onde chegam em junho de 1841. No ano seguinte se casam em Montevidéu. Neste país, Garibaldi acaba se tornando o comandante geral das Forças Metropolitanas, que defendiam Montevidéu das investidas de Oribe, inimigo de Rivera, que tentava instituir a República do Uruguai. A organização de uma Confederação formada pelo Uruguai, Rio Grande do Sul e região da Argentina — entre Corrientes e Entre-Rios — era o sonho de Rivera. Anita, nesta época, acaba sendo obrigada a se dedicar aos afazeres domésticos, sentindo as agruras de uma vida marcada pelas debilidades financeiras.

Neste período, Garibaldi recebe notícias da sua querida Itália, de onde foi forçado a sair devido à sua participação no movimento de reunificação desse país e decide que o momento é de retorno. Anita resolve ir na frente, já que estava se sentindo cansada daquela vida monótona, vivendo à margem da sociedade e com três filhos sofrendo todas as degradações de uma vida cheia de dificuldades.

Enquanto isso, em 1945, no Rio Grande, a Revolução Farroupilha tem o seu desfecho com a assinatura da Paz de Ponche Verde, onde os farrapos conquistam algumas de suas reivindicações, mas o poder central se sai melhor.

Anita e a Revolução de 1848

Logo ao chegar em Gênova, Anita escreve a Garibaldi, que ficou em Montevidéu liderando o movimento republicano. Nesta carta, ela conta: “... Fui muito festejada pelo povo genovês. Mais de três mil pessoas vieram sob as janelas da casa gritando: ‘Viva Garibaldi! Viva a família de Garibaldi!’...”. Logo após, o marido retorna à sua terra e imediatamente começa a formar destacamentos de voluntários na luta pela reunificação da Itália, fundação pelo qual os austríacos.

Anita reassume então as

suas atividades como mulher guerreira e participa de vários combates ao lado de Garibaldi. No entanto a corajosa mulher acaba adoecendo. Nesse interim, o seu marido inicia uma vigorosa batalha contra as tropas francesas que vieram auxiliar a Roma católica do Papa Pio IX, pois esta cidade se encontrava tomada por insurretos que, imitando uma série de medidas da Revolução Francesa, acabaram por confiscar os bens da Igreja. No meio da batalha, um bilhete de sua companheira surpreende o bravo lutador: “Na hora da peleja, não penses em mim nem nos nossos filhos: não cuides senão da Itália.”

Apesar de toda combatividade e bravura, também não foi desta vez que o casal iria conquistar os objetivos desejados. Anita, em trajes masculinos apesar da enferma, acompanha a retirada, passando a noite sobre um monte de feno trazido por alguns soldados, e aí a valorosa mulher encontrou, possivelmente, a origem da febre tifóide que a levou à morte. Começava então a parte mais difícil da caminhada, já que os soldados não estavam preparados para suportar o frio. Quando encontram um batalhão inimigo, muitos deles acabam fugindo, mas a “heroína de dois mundos”, de chicote em punho, grita-lhes indignada: “Covardes! Enquanto uma mulher se bate, vocês fogem!”. Essa postura resoluta era traço marcante de sua personalidade.

No livro de suas memórias, o coronel Hoffstetter comenta: “Anita, a heróica amazona, exemplo de indômito valor... naquela noite apareceu aos seus piedosos admiradores extremamente doente: o anjo da morte a havia tocado, mas a sublime heroína não se abateu; a grande alma lutou até os extremos, sem um minuto de fraqueza, sem uma queixa pelo sacrifício da própria vida em favor da pátria do seu herói amado, a Itália, sua pátria de adoção.”

A febre não a abandona mais. Anita morre nos braços do seu amigo, seu amante, seu companheiro, que inclusive nem pôde sepultá-la, já que as autoridades italianas estavam no seu encalço. Chorando copiosamente, Garibaldi se despede de sua companheira: “Io piansi amaramente la perdita della mia Anita, di quella che mi fu compagna inseparabile, nelle piú avventurose circostanze della mia vita!”. Mais do que companheira de Garibaldi, Anita foi um exemplo de mulher revolucionária.

*Jornalista, professora de História e Memória, Comunicação da Universidade Federal de Piracicaba, onde é pós-graduada em Filosofia da Educação

Elder Vieira

Os 13 poemas da Frente

Nesta edição publicamos um trabalho de Elder Vieira, estudante de Letras na Universidade de São Paulo e militante da União de Juventude Socialista. Ao tempo em que publica nomes consagrados, como Lygia Fagundes Teles, Hemingway, Balzac, e tantos outros, a Classe divulga também valores novos, que se lançam na difícil trilha da arte comprometida com o futuro, com o progresso, com o seu tempo.

1. DA DEMOCRACIA

Quero prenhe de povo meu ventre,
feito bage, feito rio fuvindo de peixe.
Feito a luz do sol por trás da noite quente
e a fábrica, grávida de greve e gente.
Feito o riso de meu povo por entre os cerrados
dentes,
feito a esperança, de novo, no peito de cada
homem, latente.

2. DO SALÁRIO

Quero o salário e o pão que todo ele sustenta,
E os dias que ele compra
e a compra que ele almeja.
Quero o preço amarrado a ele e a certeza
das casas e gizes e risos que ele aumenta.

3. DA DÍVIDA

Quero não pagar o preço de ser escravo.
Quero o rasgo nos contratos,
fim de prazos e acordos,
fim de minha pátria profanada
e da dança sobre seus despojos.

4. DO LATIFÚNDIO

Não quero sobre meu peito acometido
de alegria tanta e de tanta euforia,
destes braços desperdiçados, a dor e a agonia.
Quero a fórmula da justa alquimia
de ver divididas e plantadas essas sesmarias.

5. DAS ESTATAIS

Jantam os cães em nossas mesas
e devoram os ratos nossos parques
de aço e hortaliças minerais.
Arrombam nossos bolsos e cofres
e brincam nossos carnavais.
De frente pro crime, sigo em frente na punição
dos injustos
e na eliminação dos abusos em nossos paços,
usinas e canaviais.

6. DA ESPECULAÇÃO

Especulam em nossos quintais
com nossos olhos de fome.
Vendem nossas mães,
negociam nossos filhos e pratos
e plantam nossas patas
em seus jardins de delitos.
Olho tudo e não me aflijo.
Corto a mão parasitária
e seus ritos!

7. DO CAPITAL ESTRANGEIRO

Por entre corporações, escreverei meu nome.
e sob rédeas, trarei estranhos sobrenomes.
Não mais a fuga do suor de nossos homens;
Não mais a asfixia de nossos pássaros e moços;
Não mais a liberdade de aplastar nossos cérebros
e sonhos

8. DOS MILITARES

Aos cães que povoam nossas praças,
meu mandamento:
Não mais balas alojadas em peitos auriverdes,
feitos de carne e trabalho.
Não mais patas de cavalos e crimes legais.
Olhos postos nas linhas fronteiriças;
Obediência ao povo que meu ventre habita;
E, a mancha verde-oliva, nunca mais!

9. DA AMAZÔNIA

Alienaram teus segredos
e descobriram tua pele, pra fazerem pó.
Desmataram teu povo e suas aldeias
e carbonizaram tuas raízes
com seus reinos entranhados...
Te fizeram luxos e nobrezas,
bolsas e finezas. Películas e documentos
para a lamentação futura.
Eu te faço nossa
a guerra que se trava na segura.
Te pinto índia, te faço bandeira,
te domo as picadas e te alcanço inteira.
Te faço fera Amazônia Brasileira!

10. DA ENERGIA

Quero meus olhos iluminados de energia,
meus braços eletrizados,
minhas pernas radiotivas.
Quero o domínio da luz
e do átomo a magia
de reproduzir, a cada hora, nova promessa de
vida.

11. DAS CIDADES

Desses chãos urbanos,
quero a pétrea morada da alegria
e o coletivo transporte da liberdade
nas artérias avenidas.

12. DA SOBERANIA

Soberana em suas decisões
a Nação descansa em seu trono líquido.
Abraça a irmandade dos povos
e as lutas pela determinação de seus ritos.
Não mais profanações, não mais
despedaçada.
Apenas nação soberana
e mais nada.

13. DOS TRABALHADORES

Dos tantos mil homens que povoam minha carne,
brotam os milhões de braços que tecem minha
pele.
Eu, inacabada, forte e nua,
distribuída para todos eles,
serei todas e serei una,
serei marchas invadindo, torrentes, as ruas!
Serei parte duma luta acesa que sempre continua!



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois